

PREGÃO ELETRÔNICO

90087/2026

CONTRATANTE (UASG)

(254446) INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de Operação, Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes, do Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, instalados no Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente as emissões das caldeiras.

DATA BASE

09 de abril de 2026.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$12.568.296,19 (doze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e seis reais e dezenove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 21/05/2026 às 10h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO</i>	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DO TERMO DE CONTRATO	19
10. DOS RECURSOS	20
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS - FARMANGUINHOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90087/2026

(Processo Administrativo nº 25387.000135/2025-75)

Torna-se público que a Fundação Oswaldo Cruz, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos, por meio da sua Divisão Comercial, sediado na Av. Comandante Guarany, 447 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços contínuos de Operação, Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes, do Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, instalados no Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente as emissões das caldeiras.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 sociedades cooperativas;
- 2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário dos itens;

5.1.2 valor do grupo.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário dos itens.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$100,00 (cem reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 6 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sicaf;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- 7.7.1 **Salário-base:** SINDMETAL RJ - CCT 2024/2026, registrada no MTE em 06 de dezembro de 2024;
- 7.7.2. **Auxílio-alimentação:** SINDMETAL RJ - CCT 2024/2026, registrada no MTE em 06 de dezembro de 2024;
- 7.7.3. **Demais benefícios trabalhistas ou sociais:** conforme definido nas Convenções Coletivas de Trabalho e/ou acordo coletivo aplicável ao licitante;

7.9. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.10.1 conter vícios insanáveis;
- 7.10.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.10.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.10.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.10.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.10.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.12.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.12.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.14.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.14.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.14.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.18.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.18.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.18.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.18.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.19. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.20. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.23. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20% (vinte por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do telefone (21) 3348-5060, com Sr. Dimi Pacífico, (21) 3348-5096, com o Sr. Diogo Garrido de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 6 (seis) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a

proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 06 horas seis horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.3.1. Considerando que a assinatura do contrato, ou do termo de aceite de instrumento equivalente, se dará na forma eletrônica, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), é imprescindível que o(s) representante(s) legal(is) da(s) adjudicatária(s), com poder(es) específico(s) para assinatura de contrato, atentando ao prazo fixado no item anterior, proceda(m) prévio cadastramento, como “usuário externo”, no SEI/FIOCRUZ: <https://portal.fiocruz.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>

9.3.2. De forma alternativa, em caso de regulamentação do art. 91, §3º, da Lei nº 14.133/21, a celebração do contrato se dará por meio do Sistema Contratos Gov.br

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.8.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

9.9. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de 5 %.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.fiocruz.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

- 11.2.2 multa;
- 11.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pregaoservicos.far@fiocruz.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 **Anexo I** - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado IMR;
 - 13.11.1.2. Apêndice do Anexo II – FOR.SMS.041.11 - Documentos Obrigatórios Para Empresas Contratadas E Subcontratadas;
 - 13.11.1.3. Apêndice do Anexo III – Rol estimativo;
 - 13.11.1.4. Apêndice do Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.1.5. Apêndice do Anexo V – Declaração de Contratos Firmados;
 - 13.11.1.6. Apêndice do Anexo VI – Passíveis de Subcontratação;
 - 13.11.2 **ANEXO II** – Minuta de Termo de Contrato;
 - 13.11.3 **ANEXO III** – Proposta proforma;
 - 13.11.4 **Anexo IV** - Termo de Vistoria;
 - Anexo V** – Portaria nº 001 - COGEAD;

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS

Termo de Referência 527/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
527/2025	254446-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	DOUGLAS JOSE SANTANA	02/02/2026 10:15 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		25387.000135/2025-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de Operação, Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes, do Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, instalados no Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente as emissões das caldeiras, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL R\$
1	Mobilização (Este serviço será cobrado somente no início do contrato)	2755	Serviço	1	
	Desmobilização (Este serviço será cobrado somente no fim do contrato)			1	
	Serviços de Manutenção Sistemática do Tipo Preventiva			1	
2	Serviços de Manutenção Não - Sistemática do Tipo Corretiva (item 5.1.2.4)	2755	HH	14.160	
	Serviços de Manutenções não sistemáticas passíveis de subcontratação (de acordo com item 4.7 e detalhado no anexo VI)		Serviço	1	
3	Fornecimento de Peças, componentes e insumos para manutenções (conforme anexo III)	-	Unidade	-	
Valor Total (somatório dos itens 1, 2 e 3) R\$					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Contrato pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000010/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025
- III) Id do item no PCA: 651;
- IV) Classe/Grupo: 871;
- V) Identificador da Futura Contratação: 254446-569/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e seus anexos, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

REQUISITO PARA SERVIÇO SUSTENTÁVEL	REQUISITO LEGAL	COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AO REQUISITO	FASE DE AFERIÇÃO	JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DO REQUISITO
- Para Produtos Químicos: Ficha de Informação de Segurança do Produto Químico (FISPQ) / Ficha de Dados de Segurança (FDS) de todos os produtos químicos que serão utilizados, tais como tintas, solventes, material a ser utilizado na limpeza, entre outros.	- NR 26 (Portaria MTP nº 2.770, de 05 de setembro de 2022) - ABNT NBR 14725:2023 e atualizações	Através da apresentação da FISPQ / FDS do produto químico.	Durante a execução do contrato - antes de dar início ao uso do produto.	Não será necessário apresentar o documento nos seguintes casos: -Se a Contratada não utilizar produtos químicos.

<p>- Para a instalação do Container:</p> <p>O banheiro ter Instalação de equipamentos para evitar o desperdício de água.</p>	<p>- Lei 13.647, de 9 de abril de 2018 e suas atualizações e correlações</p>	<p>Através da apresentação de ficha técnica, catálogo ou outro documento que detalhe as especificações do produto, demonstrando que ele atende às exigências estabelecidas.</p>	<p>Durante a execução do contrato</p>	<p>Não será necessário atender o item nos seguintes casos:</p> <p>- Quando não se tratar de materiais hidráulicos de banheiros destinados ao público que possam levar ao desperdício de água.</p>
<p>- Para a instalação do Container:</p> <p>Fornecimento de lâmpadas, chuveiro ou outros aparelhos que estiverem regulamentadas no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), deverá possuir Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, de acordo com suas classes correspondente vigente.</p>	<p>- Instrução Normativa nº 2/2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.</p> <p>- Lei nº10.295/2001 - Dispõe sobre Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências.</p>	<p>Através do Selo de Identificação da Conformidade, na forma da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).</p>	<p>Durante a execução do contrato</p>	<p>Não será necessário apresentar o documento nos seguintes casos:</p> <p>- Quando não se tratar de Máquinas e Aparelhos Consumidores de Energia que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE).</p>

4.2. Diretrizes Gerais de Meio Ambiente

4.2. Incorporar princípios de sustentabilidade ao longo de todo o serviço, incluindo o uso de materiais sustentáveis e tintas menos poluentes, a maximização da eficiência de recursos e a minimização do desperdício, mecanismos de prevenção de acidentes, cumprimento de normas ambientais, dentre os quais:

4.2.1. O serviço em questão deverá ser realizado por empresa que utilize produtos/ equipamentos que reduzem a geração de resíduos ou com menor uso de água e energia;

4.2.2. É recomendável que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2.3. A CONTRATADA deverá ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.2.4. Para qualquer atividade em que terá o manuseio de tintas e solventes, ou qualquer outra substância contaminante ao meio ambiente, a mesma somente poderá ser realizada com a utilização de mantas absorventes a ser disponibilizada pela CONTRATADA, para absorção de qualquer derramamento que possa ocorrer. Da mesma forma a Divisão de Meio Ambiente /Seção de Resíduos deverá ser acionada antecipadamente, através do e-mail smsresiduos.far@fiocruz.br, smssustentabilidade@fiocruz.br para as devidas orientações e recomendações de meio ambiente e alocação de barricas para o descarte adequado das mantas que porventura venham se contaminar;

4.2.5. É recomendável que a Contratada utilize materiais sustentáveis ou que sejam objeto de logística reversa;

4.2.6. Caso seja verificada a necessidade de degradação de alguma área verde, a Divisão de Meio Ambiente deve ser consultada previamente para aprovação e orientações detalhadas sobre as medidas necessárias a serem tomadas para mitigar os impactos ambientais.

4.2.7. É recomendado o uso da Ficha de Emergência no transporte de reagentes químicos perigosos e kit de emergência ambiental.

4.2.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar no local mais próximo à realização das atividades, Kit de Emergência Ambiental com a finalidade de responder rapidamente a derramamentos e vazamentos de produtos tóxicos, solventes, e outras emergências relacionadas ao meio ambiente.

4.2.9. Os Kits de Emergência Ambiental, devem conter elementos como: mantas absorventes, cordões absorventes, turfas ou areia, aventais, botas, capacetes, coletes, luvas, espumas, sapato de segurança, óculos de segurança, pares de luvas nitrílica, fita zebra etc. e a CONTRATADA deverá treinar os trabalhadores na utilização dos Kits. Qualquer acidente deste tipo deve ser imediatamente informado à Divisão de Meio Ambiente para as medidas cabíveis.

4.2.10. A Contratada será responsável por possíveis vazamentos ou acidentes ambientais durante a execução das manutenções nos equipamentos, devendo realizar o primeiro atendimento para contenção e acionar a equipe smssustentabilidade@fiocruz.br;

4.2.11. Não é permitido o armazenamento de material exposto às intempéries. Portanto, qualquer material deverá ser armazenado em depósitos (containers) a fim de evitar contaminação do solo, aparecimento de focos de mosquito da dengue, poluição do solo e visual, entre outros;

4.2.12. A Contratada deverá afixar nos containers destinados a habitação e/ou depósito de materiais ou canteiro de obras, em local visível, uma placa contendo as seguintes informações:

- Nome da empresa responsável;
- Nome do responsável técnico;
- Nome do fiscal do contrato;
- Objeto do contrato

4.2.13. A placa deve ser confeccionada em material resistente às intempéries (sol e chuva) e instalada de forma que permita fácil identificação do container.

4.2.14. Não é permitida a instalação de canteiro de obra sem autorização da Divisão de Meio Ambiente.

4.2.15. Para instalação de container e/ou canteiro de obras, a contratada deve encaminhar a planta com todo detalhamento de instalação e ligações elétricas e hidráulicas, para aprovação do smsresíduos.far@fiocruz.br e smssustentabilidade@fiocruz.br para as devidas recomendações;

4.2.16. Após a desmobilização, toda a área, inclusive aquela que serviu como canteiro de obras, deve estar em bom estado de conservação, incluindo a recolocação de gramado quando houver a retirada deste.

4.3. Controle de Pragas e Vetores

4.3.1. Serão necessários mecanismos eficazes de proteção e controle contra a proliferação de pragas e vetores, em conformidade com as Boas Práticas de Fabricação - BPF. Recomenda-se:

4.3.2. Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores tais como acúmulo de água para evitar a proliferação de mosquitos.

4.3.3. Manter áreas livres de rachaduras e frestas que possam servir de acesso para os vetores;

4.3.4. Implantar telas nas bases (pilotis) de sustentação do contêiner a fim de evitar o acesso de pragas, vetores e animais, com possibilidade de acesso para limpeza e manutenção nas extremidades.

4.4. Segurança do Trabalho

4.4.1. Atender as Normas Técnicas da ABNT, Legislação Ambiental Federal, Estadual e Municipal vigente e de Segurança e Saúde assim como as NR's aplicáveis ao objeto de contratação;

4.4.2. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-01 referente as Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, estabelecendo a capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com o objeto da contratação, Antes de qualquer operação ou manutenção, deve-se realizar uma análise detalhada de riscos das atividades envolvidas. Identificação de Perigos: Levantar todos os riscos associados a cada sistema (vapor, gás natural, vasos de pressão);

4.4.3. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-06 referente a Equipamento de Proteção Individual – EPI, com o fornecimento de equipamentos adequados a atividade, com o certificado de aprovação – CA, dentro do prazo de validade.

4.4.4. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR – 09 referentes a Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, se aplicável;

- 4.4.5. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-10 referente a Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, no que se refere a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade;
- 4.4.6. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR - 11 referente a Transporte, Movimentação, Armazenamento e Manuseio de Materiais, adotando meios adequados para o transporte de peças e componentes dos equipamentos entre os pontos de manutenção e operação.
- 4.4.7. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-12 referente a Segurança no Trabalho em Máquinas e equipamentos, no que se refere a manutenção periódica dos equipamentos;
- 4.4.8. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-13 referente a Segurança no Trabalho em caldeiras e vasos de pressão,. Antes de iniciar qualquer operação ou manutenção, verifique os requisitos de inspeção periódica, documentos de certificação e os dispositivos de segurança (como válvulas de alívio de pressão e manômetros).
- 4.4.9. Executar as inspeções de segurança dos equipamentos objetos do contrato, conforme aplicação necessária (inicial, periódica e extraordinária), com a emissão de relatório em conformidade com a legislação vigente;
- 4.4.10. Efetuar a identificação e categorização dos equipamentos objetos do contrato em conformidade com a legislação vigente;
- 4.4.11. Atualização e/ou elaboração do manual de operação dos equipamentos objetos do contrato, em conformidade com a legislação vigente;
- 4.4.12. Executar Teste Hidrostático – TH, dos equipamentos objetos do contrato com a devida emissão de laudo assinado por profissional legalmente habilitado;
- 4.4.13. Disponibilizar Manual de operação dos equipamentos objetos do contrato, contendo os procedimentos estabelecidos na legislação vigente;
- 4.4.14. Inspeccionar e testar as válvulas de segurança dos equipamentos objetos do contrato, dentro do prazo e inspeção periódicas definidos no plano de manutenção, com a emissão do relatório em conformidade com a legislação vigente;
- 4.4.15. Elaborar e disponibilizar livro de registro de segurança dos equipamentos objetos do contrato, em conformidade com a legislação vigente;
- 4.4.16. Emitir laudo técnico apontando existência ou não de condições ocupacionais que caracterizem Insalubridade e ou periculosidade de acordo com as normas regulamentadoras NR's 15 e 16, respectivamente, se aplicável.
- 4.4.17. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR-17 referente a Ergonomia, estabelecendo medidas preventivas aos aspectos relacionados ao levantamento, transporte e descarga de materiais.
- 4.4.18. Atender aos requisitos, aplicáveis NR-20: Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis, operações e manutenções relacionadas ao Gás Natural, é essencial seguir as diretrizes que trata da segurança em trabalhos com líquidos e gases inflamáveis. A norma exige o uso de sistemas de ventilação adequados, detecção de vazamentos, e protocolos rigorosos para manutenções e intervenções em áreas de risco.
- 4.4.19. Atender aos requisitos, aplicáveis NR-23 proteção contra incêndios devendo possuir sistemas adequados de combate a incêndios, como extintores, hidrantes. Também é necessário que os trabalhadores sejam treinados para agir em casos de incêndio;
- 4.4.20. Atender as condições mínimas de higiene, aplicáveis, nas instalações sanitárias e de conforto nos locais de trabalho em conformidade com a NR 24, se aplicável;
- 4.4.21. Atender aos requisitos, aplicáveis, da NR - 26 referentes a Sinalização de Segurança.
- 4.4.22. Atender as diretrizes contidas na NR 35 Trabalho em Altura, nas atividades que sejam realizadas em altura.
- 4.4.23. Contratação de empregados e colaboradores para prestação de serviços com capacitação adequada e com vínculo com a empresa responsável pela obra;
- 4.4.24. Atender aos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais inclusive Normas de concessionárias de serviços públicos;
- 4.4.25. Atender as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA
- 4.4.26. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ter vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

- 4.4.27. Fornecer uniformes e vestimentas apropriadas aos riscos ao qual os funcionários forem expostos;
- 4.4.28. Fornecer crachá de identificação a todos os seus funcionários e representantes que acessarem as dependências de Farmanguinhos/FIOCRUZ.
- 4.4.29. Não permitir a utilização do trabalho do menor.
- 4.4.30. Manter os equipamentos, ferramentas e materiais em perfeitas condições de utilização.
- 4.4.31. A Contratada deve manter à frente de trabalho e demais locais de seu uso em perfeita organização e limpeza.
- 4.4.32. A contratada deverá apresentar a Ficha com Dados de Segurança (FDS) de todos os produtos químicos utilizados, se aplicável, ao Serviço de Segurança do Trabalho, assim como mantê-las no local onde ficarão armazenados e onde serão utilizados os referidos produtos;
- 4.4.33. Apresentar certificado de Registro da Empresa no CREA, dentro do prazo de validade.
- 4.4.34. Para todas as atividades, é obrigatório o uso de EPIs e EPCs determinados na APR (Análise Preliminar de Risco) emitida pela contratada e na PT (Permissão de Trabalho) emitida pelo Serviço de Segurança do Trabalho de Farmanguinhos.
- 4.4.35. A APR (Análise Preliminar de Risco) emitida pela contratada será objeto de avaliação e aprovação pelo Serviço de Segurança do Trabalho de Farmanguinhos.
- 4.4.36. Cumprir as exigências do formulário FOR.SMS.041 – Documentos Obrigatórios para Empresas Contratadas e Subcontratadas, conforme o Anexo II.
- 4.4.37. Cumprir, rigorosamente, todos os procedimentos internos de Segurança, Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- 4.4.38. Reservar um tempo para o DDSMS com evidências (lista de presença assinada por todos os funcionários) antes de realizar as atividades do dia;
- 4.4.39. Não permitir improvisos com os equipamentos de segurança ou o não uso dos mesmos na frente de trabalho;
- 4.4.40. Somente iniciar o serviço após a realização do desligamento da rede de gás e a verificação das condições de segurança favoráveis aos trabalhadores, sendo conferido com equipamentos de segurança tais como: Medidor Portátil de Concentração de Gases;
- 4.4.41. Realizar a purga do gás combustível nos trechos de tubulação conforme preconiza a ABNT NBR 15358:2017, itens 8.4, 8.5 e 9.2;
- 4.4.42. Solicitar auxílio aos Bombeiros Civis e aos técnicos que fazem a fiscalização em caso de problemas relativo aos serviços executados;
- 4.4.43. Manter e conservar em bom estado as permissões de trabalho no local do serviço que está sendo executado;
- 4.4.44. Manter as sinalizações de regulamentação, de advertência, de indicação e sinalização noturna nos locais onde os serviços estão sendo executados;
- 4.4.45. A CONTRATADA deverá apresentar um projeto das instalações provisórias na unidade do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM antes do início da obra. Este projeto deverá ser entregue para aprovação da CONTRATANTE.
- 4.4.46. NOTA 1: As recomendações de Segurança do Trabalho, constantes neste documento, deverão ser atendidas por toda e qualquer empresa envolvida nas atividades objeto deste documento, tanto nas etapas de projeto / instalações, assim como nas etapas de levantamento execução das atividades, conforme aplicável e em sua totalidade.
- 4.4.47. A qualquer momento, novas recomendações de Segurança do Trabalho poderão ser feitas após a entrega do descritivo de faseamento da obra.

Subcontratação

- 4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
- 4.6.1. Serviços de Operação, Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva do Sistema de Geração e Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Distribuição de Gás Natural.
- 4.7. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- 4.7.1. Calibração de instrumentos do sistema de vapor;
- 4.7.2. Serviços de soldas especiais (MIG, MAG, TIG, Eletrodo Revestido, Arco Submerso, Ligas Metálicas, Aço Inoxidável);
- 4.7.3. Serviços de serralheria e caldeiraria;
- 4.7.4. Serviços de pintura e isolamento de tubulações e estruturas;
- 4.7.5. Serviços de manutenção com movimentação de cargas e montagem industrial para componentes do sistema de vapor;
- 4.7.6. Serviços de montagem e reparos em sistemas de automação e quadros de comando e força do sistema de geração de vapor;
- 4.7.7. Serviços de manutenção do tratamento e análise para a qualidade da água do sistema de vapor;
- 4.7.8. Serviços de ensaios para metalografia END (Ensaio Não Destrutivo) em componentes do sistema de vapor;
- 4.7.9. Serviços de manutenção e melhorias (retrofit/upgrade) em sistema de queimadores e comando.
- 4.7.10. Serviços de elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

4.8. As parcelas que poderão ser contratadas devem ser precificadas em conformidade com o Anexo VI deste Termo de Referência e transportadas para o local representado na tabela do item 1.1

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica de 25% do objeto do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.13. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024)

Garantia da contratação

4.14. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.15. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.15.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.15.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.15.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.15.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.15.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.16. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.17. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.18. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.19. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.19.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.20. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.20.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.20.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.20.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.21. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado.

4.21.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.22. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.23. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.24. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.25. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.25.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.25.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.26. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.26.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.26.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.27. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.27.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse

pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

4.27.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.27.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.28. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.29. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.30. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.31. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 11 horas e de 14 horas às 16 horas. A vistoria poderá ser agendada através do telefone (21) 3348-5060, com Sr. Dimi Pacífico, (21) 3348-5096, com o Sr. Diogo Garrido.

4.32. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.33. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.34. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.35. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: Assinatura do contrato: Data inicial. Reunião de partida: até 7 dias após a assinatura do contrato; Início dos serviços: até 15 dias após a reunião de partida.

5.1.1. Em até 7 dias após a assinatura do contrato deverá ocorrer a reunião inicial ou de partida, para estabelecer as bases, alinhar expectativas e garantir que todos os membros da equipe estejam alinhados. Essa reunião tem por finalidade o Alinhamento de Objetivos, Apresentação da Equipe, Contextualização do Projeto, Discussão de Expectativas, Identificação de Riscos e Desafios, Planejamento Inicial, Entrega do plano de manutenção e Esclarecimento de Dúvidas. Em até 15 dias após a reunião de partida a Contratada deverá iniciar a prestação do serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. OPERAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DE VAPOR, VASOS DE PRESSÃO, DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL.

5.1.2.1.1. São atividades que visam a operação de ligar, ajustar e desligar sistemas e equipamentos, com intuito de manter a climatização dos ambientes dentro dos padrões definidos por normas e portarias.

5.1.2.1.2. A Operação do Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, será conforme equipe mínima estimada, disposto no item 5.5.2 e deverá ocorrer de segunda-feira a domingo, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia.

5.1.2.1.3. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e ônus integral pelo fornecimento, disponibilização e manutenção de todos os equipamentos e ferramentas, necessários à perfeita operação dos Sistemas de Geração

5.1.2.2. MANUTENÇÃO SISTEMÁTICAS DO TIPO PREVENTIVA

5.1.2.2.1. A contratada prestará Serviços de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva, com fornecimento de Peças e Componentes. As atividades de manutenção deverão obedecer aos Planos de Manutenção descritos no Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante, necessário para a Manutenção dos Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, dos Equipamentos listados no subitem 5.3.1.1 e seguintes.

5.1.2.2.2. Os Planos de Manutenção descritos no Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante, são necessários para a Manutenção dos Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural e Calibração de Instrumentos dos Equipamentos listados no subitem 5.3.1.1 e seguintes, instalados nas Unidades Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR.

5.1.2.2.3. A Manutenção Sistemática do tipo Preventiva será realizada conforme equipe mínima estimada, constante item 5.5.2, obedecendo as periodicidades do Plano de Manutenção descritas no subitem 5.3.1.1 e seguintes, e que estão descritas no Software de Manutenção utilizado pela CONTRATANTE.

5.1.2.2.4. Para cada atividade de manutenção será emitida uma Ordem de Manutenção (OM) objetivando contabilizar os serviços executados. Para cada Manutenção Sistemática do tipo Preventiva realizada o serviço efetivamente executado será considerado com o encerramento da Ordem de Manutenção, devidamente preenchida e assinada, comprovando a execução do serviço pela CONTRATADA, que será acompanhado pela equipe de Fiscalização da CONTRATANTE para a validação e aprovação da Ordem de Manutenção.

5.1.2.2.5. As Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva nas Unidades do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, poderão ser realizadas de Segunda a Domingo, em qualquer horário do dia, com anuência dos gestores do setor de utilidades e de acordo com o planejamento da atividade e emissão da ordem de serviço pelo setor PCM (Planejamento e Controle de Manutenção).

5.1.2.3. MANUTENÇÃO NÃO SISTEMÁTICA DO TIPO CORRETIVA

5.1.2.3.1. A Manutenção Não Sistemática do Tipo Corretiva dar-se-á imediatamente após a ocorrência da parada do equipamento, para resolução do problema, necessária para a correta Operação Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural e Calibração de Instrumentos instalados na Unidade do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, com substituição de peças e componentes.

5.1.2.3.2. As Manutenções Não Sistemáticas do tipo Corretiva deverão ser realizadas através de Chamado Técnico e por profissionais qualificados em conformidade com o quantitativo de horas apresentados no item 5.1.2.4.

5.1.2.3.3. Cada Chamado Técnico deverá ser realizado através de uma Ordem de Manutenção (OM) emitida pelo Software de Manutenção utilizado pela Administração para medição de HH – (Homem hora) para contabilizar os serviços executados. Todo Chamado Técnico será considerado serviço efetivamente executado, com o encerramento da Ordem de Manutenção, devidamente preenchida e assinada, comprovando a execução do serviço realizado pela CONTRATADA, que será acompanhado pela equipe de Fiscalização para a validação e aprovação da Ordem de Manutenção.

5.1.2.3.4. Sempre que houver necessidade de substituição de peças e componentes, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório Técnico comprovando a necessidade técnica desta substituição, sendo que este procedimento deverá ser previamente autorizado pela Fiscalização do Contrato. Caso as peças/componentes estejam listados no Anexo III deste Termo de Referência, a Contratada deverá fornecê-los pelo valor contratado. Mas, tendo em vista que o referido rol é estimativo, caso as peças/componentes não estejam listados, a Contratada deverá apresentar 03 (três) ou mais cotações de preços, para a validação e aprovação prévia da fiscalização do contrato.

5.1.2.3.5. Os serviços técnicos de manutenção serão efetuados nos locais onde os equipamentos se encontram instalados

5.1.2.3.6. Caso os serviços sejam executados externamente, a Contratada será responsável pela retirada e remessa dos equipamentos para conserto com transporte adequado e caso necessário a contratação de seguro, bem como pela posterior reinstalação, devidamente autorizado pela fiscalização, assumindo as despesas com a retirada, reinstalação e devolução. Em caso de extravio de equipamentos, a CONTRATADA será responsabilizada e deverá ressarcir ou repor o equipamento para a CONTRATANTE.

5.1.2.3.7. Os equipamentos que apresentarem defeitos ou falhas resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados deverão ser reparados, corrigidos ou removidos, no total ou em parte, sendo todas as despesas de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

5.1.2.3.8. A Contratada assumirá a responsabilidade e ônus integral pelo fornecimento de todos os equipamentos e ferramentas necessários à perfeita manutenção Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural instalados na Unidade do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, e seus acessórios ou recomendados nos manuais dos fabricantes.

5.1.2.3.9. A garantia da Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva será de 90 (noventa) dias contados da data da intervenção técnica com entrega do relatório comprobatório da visita do técnico, atestando que o equipamento vistoriado se encontra em condições normais de operação (em situações em que o equipamento volte a apresentar o mesmo defeito).

5.1.2.4. ATENDIMENTO CHAMADO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO NÃO SISTEMÁTICA DO TIPO CORRETIVA.

A Contratada deverá atender e registrar aos Chamados técnicos de Manutenções Não Sistemáticas do tipo corretiva com apoio da tabela abaixo e nos seguintes prazos

DEMONSTRATIVO DE PREÇO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO. (14.160H/h anual)			
Cargo	Quantidade de H/h Mensal	Valor unitário de H/H (R\$)	Valor Mensal de H/H (R\$)
Profissional Qualificado	1180		
Quantidade de Meses do Contrato			12
Valor Anual Total para a Manutenção Não Sistemática do tipo Corretiva (R\$)			

5.1.2.4.1. A Contratada deverá atender aos chamados técnicos de manutenções não sistemáticas no prazo máximo de até 2 (duas) horas, a demanda por 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, a contar da solicitação e autorização da Contratante e deverá ser registrada na Ordem de Manutenção emitida pela Contratada.

5.1.2.4.2. As intervenções a serem realizadas nos equipamentos, seus acessórios e equipamentos auxiliares, poderão ocorrer de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia, desde que previamente solicitado pela Contratada e autorizado pela fiscalização do Contrato.

5.1.2.5. CALIBRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

5.1.2.5.1. A CONTRATADA realizará o Serviços de Calibração dos Equipamentos, podendo ser uma atividade subcontratada, conforme consta no subitem 4.7.1. As atividades de Calibração deverão obedecer ao Plano de Manutenção descrito no Software de Manutenção utilizado pela CONTRATANTE, necessário para a Manutenção dos Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural e Calibração de Instrumentos, dos Equipamentos listados no item 5.3.1.2. e seus subitens.

5.1.2.5.2. A Calibração dos Equipamentos deverá obedecer às periodicidades das rotinas de serviços descritas no item 5.3.1.2. e seus subitens, e que estão descritas no Software de Manutenção utilizado pela Administração da CONTRATANTE.

5.1.2.5.3. Para cada atividade de Calibração dos Equipamentos será emitida uma Ordem de Manutenção (OM) objetivando contabilizar os serviços executados. Cada Calibração dos Equipamentos realizada, será considerado serviço efetivamente executado com o encerramento da Ordem de Manutenção, devidamente preenchida e assinada, comprovando a execução do serviço pela CONTRATADA, que será acompanhado pela equipe de Fiscalização da CONTRATANTE para a validação e aprovação da Ordem de Manutenção.

5.1.2.5.4. As Atividades de Calibração poderão ser realizadas na Unidade do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR ou os instrumentos poderão ser enviados pela contratada para laboratórios de calibração subcontratados pela CONTRATADA, conforme consta no subitem 4.7.1.

5.1.2.5.5. As Calibrações dos Equipamentos nas Unidades do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM /FAR, poderão ser realizadas de Segunda a Domingo, em qualquer horário do dia, com anuência dos gestores do setor de utilidades e de acordo com o planejamento da atividade e emissão da ordem de serviço pelo setor PCM (Planejamento e Controle de Manutenção).

5.1.2.6. AS PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS ÀS MANUTENÇÕES

5.1.2.6.1. As Peças e Componentes encontram-se estimadas, discriminadas e quantificadas no Anexo III deste Termo de Referência, tendo como critério a maior probabilidade de apresentarem defeitos.

5.1.2.6.2. Toda e qualquer peças e componentes de reposição necessário para execução do serviço serão fornecidas pela CONTRATADA.

5.1.2.6.3. Caso a peça seja comprovadamente um item importado, a empresa Contratada deverá fornecer a peça no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem de Manutenção (OM) pela Contratada.

5.1.2.6.4. A contratada deverá fornecer peças e componentes nacionais, listados no ANEXO III, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, após a emissão e entrega do relatório Técnico de Avaliação Operacional do equipamento ao fiscal do Contrato.

5.1.2.6.5. Todo e qualquer peça ou componente pré-aprovado para aquisição, só será efetivamente pago após ter dado entrada no CTM FAR, devidamente comprovado através da verificação, como o carimbo de aceite do responsável pela fiscalização do contrato.

5.1.2.6.6. As peças e componentes descritas no Anexo III, serão pagas de acordo com a necessidade e aprovação do fiscal do contrato, conforme condições de pagamento.

5.1.2.7. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS DAS MANUTENÇÕES

5.1.2.7.1. A Contratada deverá emitir um Relatório de Gestão da Manutenção Mensal dos trabalhos efetuados e eventos ocorridos, além das observações e recomendações que se julgarem necessários. O Relatório dos Serviços de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva, conforme boas práticas da Engenharia de Manutenção e em consenso com a Contratante, deverá ser entregue ao Fiscal, até o 5º dia útil subsequente ao mês da execução dos serviços.

5.1.2.8. CONDIÇÕES GERAIS DAS MANUTENÇÕES

5.1.2.8.1. A Contratante será responsável por emitir todas as Ordens de Manutenção (OM) emitida pelo Software de Manutenção utilizado pela Administração. É responsabilidade da contratada efetuar as manutenções seguindo as boas práticas de engenharia e as normas de segurança. A Contratada deverá devolver a Contratante a Ordem de Manutenção devidamente preenchida.

5.1.2.8.2. Os Serviços de Manutenção serão efetuados, preferencialmente, nos locais onde os equipamentos se encontram instalados.

5.1.2.8.3. A Contratada será responsável pelo transporte e pela entrega de peças e componentes para a manutenção.

5.1.2.8.4. Caso seja necessária a realização de algum serviço externo de equipamento, fornecimento de peças ou componentes para a manutenção, a Contratada será responsável pelo transporte, pela retirada e remessa dos equipamentos ou componentes para conserto, bem como pela posterior reinstalação dos mesmos, devidamente autorizado pela fiscalização, assumindo as despesas com a retirada e devolução dos mesmos, inclusive pelo transporte.

5.1.2.8.5. A Contratada deverá disponibilizar meio de transporte adequado ao material, seguro de acidentes e/ou furto, responsabilizando-se, também, pelo integral ressarcimento de prejuízos causados à Administração contratante em caso de extravio ou danos irreparáveis ao equipamento ou componentes.

5.1.2.8.6. Os equipamentos que apresentarem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados deverão ser reparados, corrigidos ou removidos, no total ou em parte, por conta da empresa contratada.

5.1.2.8.7. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos e de primeiro uso, comprovadamente de primeira qualidade, devendo ser submetidos à aprovação da fiscalização.

5.1.2.8.8. Sempre que comprovadamente necessário, todos os serviços executados deverão ser precedidos de proteção (com lona impermeável) dos locais, objetos e materiais desta Unidade. Caso necessário, a contratada providenciará o remanejamento destes para local protegido e indicado pela fiscalização.

5.1.2.9. SERVIÇO MANUTENÇÃO NÃO SISTEMÁTICA - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) PARA COMPONENTES DOS SISTEMA DE VAPOR.

5.1.2.9.1. Este serviço trata-se da elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com base nas diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), do Programa Brasileiro GHG Protocol e da ISO 14064. O relatório faz parte das boas práticas de manutenção do sistema de manutenção de caldeiras .

5.1.2.9.2. O levantamento das informações será através da coleta dos resultados das análises dos gases provenientes da combustão da caldeira.

5.1.2.9.3. Utilizar como base as diretrizes da norma ABNT NBR ISO 14064 (ou norma equivalente que a substitua);

5.1.2.9.4. O relatório deve apresentar informações conforme especificações da NOP-INEA-52

5.1.2.9.5. Utilizar a metodologia de cálculo do Programa Brasileiro do Protocolo de Gases de Efeito Estufa.

5.1.2.9.6. Entrega em formato PDF, com os cálculos em uma planilha Excel editável.

5.1.2.9.7. O relatório deverá conter medidas de mitigação, quando aplicável.

5.1.2.9.8. Incluir a Anotação de Responsabilidade Técnica pelo serviço executado.

Local e horário da prestação dos serviços.

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Complexo Tecnológico de Medicamentos – CTM - FARMANGUINHOS, situado à Av. Comandante Guarany, nº. 447, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ.

5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários: Segunda-feira a domingo, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1.1. Atividades de Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva dos Equipamentos, Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural do CTM-FAR.

5.3.1.1.1. Caldeiras Flamotubulares

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	CE	Quantidade
Caldeira	ATA COMBUSTÃO	AWN-4M	BL – 001	1121	2
			BL - 002	1122	

Atividades de Manutenção - Diária

Efetuar o CHECKLIST de Inspeção nas Caldeiras Flamotubulares

Atividades de Manutenção - Mensal

Efetuar teste controle automático de combustão, corrigir se necessário.

Efetuar teste controle automático de descarga de fundo.

Efetuar teste nos controle automático de nível d'água.

Efetuar teste nas válvulas de segurança.

Efetuar teste nos queimadores, corrigir de necessário.

Efetuar teste no sistema de combustão em geral, corrigir se necessário.

Efetuar teste nos controle de segurança pressostatos, controladores de temperatura.

Efetuar teste na foto célula.

Efetuar teste do funcionamento das válvulas reguladoras de gás.

Efetuar teste e verificar o funcionamento da válvula piloto, válvula de alta e baixa de gás.

Efetuar reaperto geral no equipamento e nas tampas traseiras e dianteiras.

Eliminar vazamento de vapor das válvulas de bloqueio.

Efetuar a limpeza dos eletrodos de nível e segurança.

Efetuar a drenagem da coluna de nível.

Efetuar limpeza no visor de foto célula.

Efetuar limpeza filtros de gás.

Efetuar limpeza filtros de água.

Efetuar o teste de funcionamento das Bombas, corrigir se necessário.

Efetuar o teste de descarga de fundo, corrigir se necessário.

Executar exame externo.

Efetuar teste de ensaio dos dispositivos de alimentação (bombas).

Efetuar a análise dos gases da combustão da caldeira, (DIÓXIDO DE CARBONO - CO 2, OXIGÊNIO - O2 - MONÓXIDO DE CARBONO - CO (PPM)), anexar junto da Ordem de Manutenção, Relatório com o resultado encontrado da análise e corrigir se necessário.

Verificar painel elétrico, fazer manutenção se necessário.

Verificar o funcionamento do Queimador, corrigir de necessário.

Verificar o visor de chama da caldeira, corrigir de necessário.

Verificar os sifões dos pressostatos, corrigir de necessário.

Verificar os sifões dos manômetros, corrigir de necessário.

Verificar vazamento de água e gás, corrigir de necessário.

Verificar o funcionamento dos motores elétricos, corrigir se necessário.

Verificar parafusos de fixação das tampas, substituir de necessário.

Verificar lubrificação no eixo do dumper de ar/gás, lubrificar se necessário.

Verificar temperatura na reversão.

Verificar dutos e eletrodutos, corrigir se necessário.

Verificar vibrações e ruídos anormais, corrigir se necessário.

Verificar estado da válvula de bloqueio de gás de entrada da sala da caldeira, corrigir se necessário.

Medidor de Vazão de Gás - CONTECH:

- Efetuar teste nos controle de atuação do instrumento;
- Efetuar o reaperto e limpeza do Instrumento;

Verificar o total funcionamento do Instrumento, corrigir se necessário.

Quadros elétricos

Efetuar reaperto geral dos componentes do quadro elétrico.

Efetuar limpeza geral do painel elétrico.

Efetuar teste de funcionamento do inversor de frequência das bombas.

Medir e anotar tensão e corrente das bombas, corrigir se necessário

Medir e anotar tensão e corrente do ventilador, corrigir se necessário

Atividades de Manutenção - Semestral

Efetuar uma análise para constatar se há alguma passagem de gases entre os refratários e a tampa, ou entre estes e a placa tubular.

Executar limpeza dos eletrodos de nível e segurança.

Efetuar a verificação dos Periféricos do Enonomizador, entrada e saída de água, corrigir se necessário.

- **Tubulações Acessórios e Juntas** (Corrosão, Vazamento, Desalinhamento, Deformação, Deficiência de suportação, Vibração, Abrasão, Trincamento).

- **Isolamento Térmico** (Amassamento, Desprendimento, Encharcamento, Baixa Eficiência, Esfarelamento).

- **Válvulas e Conexões** (Vazamento, Vedação, Gaxetas, juntas, Desalinhamento, Trincas, Hastes, Funcionamento do volante).

- **Válvulas de Bloqueio** (efetuar manobra de bloqueio e desbloqueio das válvulas).

Atividades de Manutenção - Anual

Efetuar a Inspeção conforme a NR 13, com a entrega de relatórios e atualização de toda documentação necessária para Inspeção em cumprimento com as Normativas Vigentes.

- Medição de espessuras e exames de solda

- Aplicar exames internos e de endoscopia quando aplicável pela NR

- Colocação/Instalação de adesivo “CATEGORIA DA CALDEIRA” conforme NR 13.

- Registro fotográfico e impresso de toda documentação necessária e pertinente ao laudo técnico em cumprimento a Normativa.

- Emissão de Laudo Técnico conforme Normativas Vigentes

- Fornecer ART do serviço e comprovante de recolhimento de taxa CREA.

Efetuar Exame de Inspeção Visual Externa: Considerando aspecto de segurança nas instalações, instrumentos de medição e controle e instalações periféricas, do Costado, Soldas, Chaminé, Tampas dianteira e traseira, bocas de visita inferior e superior, Base, parafusos de fixação e isolamento térmico.

Efetuar Inspeção Visual Interna: Considerando (loais de acesso), objetivando caracterizar formação de óxidos, tipos de incrustações que interferiram negativamente na troca térmica, tipos de corrosão, deformações e outros aplicáveis dos seguintes pontos e corrigir sempre que necessário:

- Lado do Fogo Costado: Espelhos, Refratário, Chaminé, Tubos de condução, Soldas, Fornalha.

- Lado da Água Costado: Espelhos, Tubos de condução, Fornalha.

- Ponto dos Periféricos: Garrafa de nível, Visor de nível, Cabos elétricos dos eletrodos, Bomba água, Queimador, Descarga de Fundo, Válvula injetora, Válvula de saída de vapor, Válvula de retenção de água, Tubulações.

Efetuar os Teste de Estanqueidade: Considerando os Testes de Pressão, Tempo de teste, Fluido do teste, e outros testes aplicáveis e corrigir se necessário e apresentar Resultados dos Testes.

Efetuar a medição de Espessura: Considerando as Medição dos espelhos, Medição da fornalha e Fornecimento do croqui dos pontos medidos e outras medições aplicáveis e corrigir se necessário e apresentar Resultados das Medições.

Efetuar a revisão das válvulas de descarga de fundo (válvula globo e de descarga automática), e corrigir se necessário.

Efetuar a limpeza da caixa de ar e coroa.

Efetuar a prova de suficiência das válvulas psv´s.

Efetuar a limpeza dos tampões de fundo com a substituições da juntas.

Efetuar o reparar todo sistema refratário.

Executar limpeza dos eletrodos de nível e segurança.

Efetuar a abertura e fechamento da Caldeira, e corrigir se necessário.

Monitoramento de corrosão da caixa de fumaça, e corrigir se necessário.

Efetuar a pintura externa do equipamento e seus periféricos (bombas, ventiladores e tubulações).

Efetuar a Atualização do visto da inspeção.Efetuar a Liberação do equipamento.

Verificação Física e Documental dos instrumentos de controle, (Válvulas de segurança, Manômetros, Termômetro, Pressostatos e outras instrumentos aplicáveis), se estão Calibrados, solicitar Ordem de Manutenção para Calibração se necessário.

Megar o motor do Ventilador, medindo e anotando os valores, e refazendo o isolamento do fechamento do motor, corrigir se necessário.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

Nota: As análises dos gases da combustão da caldeira devem atender a Resolução CONAMA 382, de 26 de dezembro de 2006 que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas e a Resolução CONAMA nº 436 de 22/12/2011 que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007.

Os resultados das medições devem ser apresentados em relatório, contendo todos os resultados da medição, as metodologias de amostragem e análise, as condições de operação do processo incluindo tipos e quantidades de combustível e/ou insumos utilizados, além de outras determinações efetuadas pelo órgão licenciador.

Informar os equipamentos utilizados nas medições bem como modelo e número de série. Os equipamentos devem ser calibrados e os certificados de calibração dos equipamentos de medição deverão vir anexo ao relatório.

O relatório deve ser assinado pelo responsável técnico junto à sua ART

5.3.1.1.2. Bombas de Água das Caldeiras - PM.

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
--------------	------------	--------	-----	------------

Bomba	Schneider	ME-2475	PM - 015A	5
			PM - 015R	
			PM - 040R	
			PM - 040A	
	Thebe	PE -11/6 BR	PM - 040A	

Atividades de Manutenção - Trimestral
<p>Efetuar reaperto geral dos parafusos de fixação da base das bombas.</p> <p>Efetuar limpeza da válvula de retenção.</p> <p>Efetuar a limpeza do filtro na sucção da bomba.</p>
Medir e anotar tensão e corrente da bomba, corrigir se necessário
<p>Verificar alinhamento do conjunto bomba acionador, corrigir se necessário</p> <p>Verificar vibrações e ruídos anormais, corrigir se necessário</p> <p>Verificar o funcionamento do sistema de selagem quanto a vazamento da bomba, corrigir se necessário</p>
Atividades de Manutenção - Anual
Megar o motor das Bombas, medindo e anotando os valores, e refazendo o isolamento do fechamento do motor, corrigir se necessário
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante

5.3.1.1.3. Bombas de Retorno de Condensado – PM

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Bomba de Condensado	SF INTERNACIONAL	SFPOP-10	PM - 022A	02
			PM - 022R	
Atividades de Manutenção - Trimestral				

- Verificar o funcionamento da bomba de condensado, corrigir se necessário.
- Verificar vazamento de vapor na entrada e saída do equipamento, corrigir se necessário.
- Verificar estado das válvulas de bloqueio na entrada e saída do equipamento, corrigir se necessário.
- Verificar estado das gaxetas e juntas do equipamento, corrigir se necessário.

Atividades de Manutenção - Semestral

- Limpar o visor de nível da bomba.
- Limpar as partes móveis da bomba.
- Verificar funcionamento da válvula reguladora, efetuar o ajuste se necessário.
- Verificar funcionamento das válvulas de retenção, corrigir se necessário.
- Limpar filtro y da linha de vapor.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.1.4. Trocadores de Calor

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Trocador de Calor	Alfa Laval	M10 - MFG	HE 013 - A	09
		M10 - MFM	HE 013 - B	
		M10 - MFG	HE 006 - A	
		M10 - MFG	HE 006 - B	
		M10 - MFG	HE 001 - A	
		M10 - MFG	HE 001 - B	
		M6-MDBASE	HE 014 - A	
		M6-MDBASE	HE 014 - B	
	API HEAT TRASNFER	SIGMA M 13 NBL	Sistema de Lavagem CIP	

Atividades de Manutenção - Semestral

Limpar e verificar as partes móveis do purgador de boia.

Limpar filtro y da linha de vapor.

Eliminar os vazamentos entre o flange e a estrutura do trocador e entre as placas.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.1.5. Sistema de Distribuição de Vapor - SDV.

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Distribuição de Vapor	Distribuição de Vapor 10 - SDV	SDV	SDV 10 - 001	5
	Distribuição de Vapor 40 - SDV	SDV	SDV 40 - 001	
	Distribuição de Vapor 50 - SDV	SDV	SDV 50 - 001	
	Distribuição de Vapor 60 - SDV	SDV	SDV 60 - 001	
	Distribuição de Vapor 70 - SDV	SDV	SDV 70 - 001	

Atividades de Manutenção - Semestral

Efetuar a verificação dos Periféricos do Sistema de Distribuição de Vapor, corrigir se necessário.

- **Tubulações Acessórios e Juntas** (Corrosão, Vazamento, Desalinhamento, Deformação, Deficiência de suportação, Vibração, Abrasão, Trincamento).
- **Isolamento Térmico** (Amassamento, Desprendimento, Encharcamento, Baixa Eficiência, Esfarelamento).
- **Válvulas e Conexões** (Vazamento, Vedação, Gaxetas, juntas, Desalinhamento, Trincas, Hastes, Funcionamento do volante).
- **Purgadores Termodinâmicos** (funcionamento quanto a purga correta e sua eficiência, limpeza das partes móveis).
- **Purgadores de Bóia** (funcionamento quanto a purga correta e sua eficiência, limpeza das partes móveis).
- **Filtros (Y)** (Efetuar a limpeza dos filtros).
- **Válvulas de Bloqueio** (efetuar manobra de bloqueio e desbloqueio das válvulas).
- **Válvulas Reguladoras de Pressão** (regulagem das válvulas de acordo com a pressão da linha).

Efetuar as manobras das válvulas de bloqueio, corrigir se necessário.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.1.6. TANQUES – TK

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Tanque de Retorno de Condensado	Tanque - TK	OS-040/97.01 - Tanque de Água - 1,5 m³	TK - 033	4
		OS-040/97.02.00 - Tanque de Água - 1,10 m³	TK - 034	
		Os-040/97.02.03 - Tanque de Água - 1,10 m³	TK - 036	
Tanque de BLOW DOWN		OS - 040/97.08 - Tanque de Água - 1,96 m³	TK - 035	

Atividades de Manutenção - Semestral

Efetuar a verificação dos Periféricos do Tanque, corrigir se necessário.

- **Tubulações Acessórios e Juntas** (Corrosão, Vazamento, Desalinhamento, Deformação, Deficiência de suportação, Vibração, Abrasão, Trincamento).

- **Isolamento Térmico** (Amassamento, Desprendimento, Encharcamento, Baixa Eficiência, Esfarelamento).

Drenar e lavar o tanque

Efetuar a do visor de nível do tanque.

Efetuar limpeza interna e externa do tanque.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.1.7. EQUIPAMENTOS DO SISTEMA QUE UTILIZAM VAPOR

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Autoclave	Baumer	B273	AV - 002	
Leito Fluidizado - 10B	Glatt	GPCG-3	LF - 001	
Desumidificador	Munters	HCD 4500 AS PLUS	AD - 403	
		HCD 4500 AS PLUS	AD - 404	
		HCD 2250 SA PLUS	AD - 405	
		HCD-9000 SA PLUS	AD - 701	

		HCD-2250 SA PLUS	AD - 702
Desumidificador Área Nova		HCD -2250 - AS	AD - 715
		HCD -1125 - SA	AD - 718
Unidade Tratamento de Ar	Trox	TKM-47	AH - 005
	Arcoven	63.319 kcal/h	AH - 006
	Air Mandling e Packaged	DRG nº 9027/1	AH - 007
	Glatt	Glatt	AH - 009
Unidade Tratamento de Ar Leito Novo	Glatt	Glatt	AH - 012
Estação e Distribuição de Vapor de Bin	Gei-Gallay	Gei-Gallay - Pressão de Vapor: 5 bar	BW - 001
	Gei-Gallay	Gei-Gallay - Pressão de Vapor: 5 bar	BW - 00328
Drageador Aquecimento de Água Eurovent	Eurovent	DC200	DRA - 001
Envasadora de Pomada	Comadis	C-140	EV - 001
Granulador	Ima / Zanchetta	V0812.01	MSG - 03015
	Ima / Zanchetta	V0745.01	MSG - 03040
Tanque de Fabricação	Treu	9095000/4-B	TK - 003
Revestidora de Comprimidos	Manesty	Accela Cota 24"	TR - 002
Trocador de Calor - Água Purificada 40 & 70	Alfa Laval	M6-MDFG	HE - 001
	Alfa Laval	M6-MDFG	HE - 010
Sistema de Lavagem CIP	Sistema de Lavagem CIP	Sistema de Lavagem CIP	SLV - 72212-001
	HOGNER	Estufa - ES	ES - 70786-001
	HOGNER	Estufa - ES	ES - 72202-001

Estufa	HOGNER	Estufa - ES	ES - 72202-002
	HOGNER	Estufa - ES	ES - 72202-002
Tanque Linha do GLAT	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-001
	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-002
Linha de Água Puficada GLAT	Linha de Água Puficada GLAT	Linha de Água Puficada GLAT	AP - GLAT

Atividades de Manutenção - Trimestral

Verificar vazamento de vapor na entrada e saída do equipamento, corrigir se necessário.

Verificar estado das válvulas de bloqueio na entrada e saída do equipamento, corrigir se necessário.

Verificar estado das gaxetas e juntas do equipamento se houver, corrigir se necessário.

Efetuar a verificação dos Periféricos da entrada e saída de vapor dos equipamento, corrigir se necessário.

- **Tubulações Acessórios e Juntas** (Corrosão, Vazamento, Desalinhamento, Deformação, Deficiência de suportação, Vibração, Abrasão, Trincamento).

- **Isolamento Térmico** (Amassamento, Desprendimento, Encharcamento, Baixa Eficiência, Esfarelamento).

- **Válvulas e Conexões** (Vazamento, Vedação, Gaxetas, juntas, Desalinhamento, Trincas, Hastes, Funcionamento do volante).

- **Purgadores Termodinâmicos** (funcionamento quanto a purga correta e sua eficiência, limpeza das partes móveis).

- **Purgadores de Bóia** (funcionamento quanto a purga correta e sua eficiência, limpeza das partes móveis).

- **Filtros (Y)** (Efetuar a limpeza dos filtros).

- **Válvulas de Bloqueio** (efetuar manobra de bloqueio e desbloqueio das válvulas).

- **Válvulas Reguladoras de Pressão** (regulagem das válvulas de acordo com a pressão da linha).

Atividades de Manutenção - Semestral

Verificar e limpar as partes móveis dos purgadores do equipamento.

Limpar filtro y da linha de vapor.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva será somente na entrada, parte de aquecimento e saída dos equipamentos, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.1.8. VASOS de Pressão

--	--	--	--	--

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Reator	Frymakoruma	Dinex 700	MP - 001	7
Tanque Misturador	Treu	9095000/4-B	TK - 003	
Tanque de Estocagem	Treu	97095000/4-A	TK - 004	
	Treu	97095000/4-A	TK - 002	
Tanque do Sistema de Lavagem CIP	TK - Sistema de Lavagem CIP	TK - Sistema de Lavagem CIP	SLV - 72212-001	
Tanque Linha do GLAT	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-001	
Tanque Linha do GLAT	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-002	

Atividades de Manutenção - Anual

Efetuar a Inspeção conforme a NR 13, com a entrega de relatórios e atualização de toda documentação necessária para Inspeção em cumprimento com as Normativas Vigentes.

- Medição de espessuras e exames de solda
- Aplicar exames internos e de endoscopia quando aplicável pela NR
- Colocação/Instalação de adesivo "CATEGORIA DO VASO" conforme NR 13.
- Registro fotográfico e impresso de toda documentação necessária e pertinente ao laudo técnico em cumprimento a Normativa.
- Emissão de Laudo Técnico conforme Normativas Vigentes
- Fornecer ART do serviço e comprovante de recolhimento de taxa CREA.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.1.9. Geração e Distribuição de Gás Natural – DGN

Equipamentos	Fabricante	Modelo	TAG	Quantidade
CTM-FAR	Geração e Distribuição de Gás Natural	DGN	DGN	01

Atividades de Manutenção - Diária

Efetuar o CHECKLIST de Inspeção na Geração e Distribuição de Gás Natural

Atividades de Manutenção - Semestral

- Efetuar a limpeza e verificar o estado das estações redutoras de pressão corrigir se necessário.
- Efetuar a verificação dos Periféricos da Tubulação e Distribuição de Gás Natural, corrigir se necessário.
- **Tubulações Acessórios e Juntas** (Corrosão, Manômetros, Vazamento, Desalinhamento, Deformação, Deficiência de suportação, Vibração, Abrasão, Trincamento).
 - **Válvulas e Conexões** (Vazamento, Vedação, Gaxetas, juntas, Desalinhamento, Trincas, Hastes, Funcionamento do volante).
 - **Filtros (Y)** (Efetuar a limpeza dos filtros).
 - **Válvulas de Bloqueio** (efetuar manobra de bloqueio e desbloqueio das válvulas).
 - **Estação e Válvula Redutora de Pressão** (regulagem das válvulas de acordo com a pressão da linha).

Atividades de Manutenção - Anual

- Efetuar, Adequação e Inspeção da Geração e Distribuição de Gás Natural conforme a NR 13, com a entrega de relatórios e atualização de toda documentação necessária para Inspeção em cumprimento com as Normativas Vigentes.
- Medição de espessuras e exames de solda
 - Aplicar exames internos e de endoscopia quando aplicável pela NR
 - Colocação/Instalação de adesivo "CATEGORIA DO VASO" conforme NR 13.
 - Sinais de corrosão nas tubulações e existência de deformações
 - Dispositivos de fixação e suportes
 - Teste de Estanqueidade - Existência de vazamentos, conexões, válvulas, soldas e transições.
 - Registro - RQPS
 - Registro - EPS
 - Medição de espessura por ultrassom.
 - Identificação da(s) linha(s) ou sistema de tubulação
 - Efetuar o tratamento pintura da tubulação e seus periféricos.
 - Registro fotográfico e impresso de toda documentação necessária e pertinente ao laudo técnico em cumprimento a Normativa.
 - Emissão de Laudo Técnico conforme Normativas Vigentes
 - Fornecer ART do serviço e comprovante de recolhimento de taxa CREA.
 - Seguir todos os padrões e normas da concessionária fornecedora de Gás.

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.2. Atividades de Calibração de Instrumentos dos Equipamentos, Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Tubulação e Distribuição de Gás Natural do CTMFAR.

5.3.1.2.1. Caldeiras Flamotubulares

Equipamentos		Modelo	Tag	Quantidade
Caldeira Flamotubulares		BL - 001	AWN-4M	2
		BL - 002		
Calibração - Anual				
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados			
Tipo de Instrumento	Válvula de Segurança e Alívio da Caldeira - (Pressão de ajuste 9 a 9,5 bar)			
	Válvula de Segurança e Alívio da Caldeira - (Pressão de ajuste 11 a 11,5 bar)			
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Economizador da Caldeira - (13 bar)			
	Pressostato de regulação de Vapor e modulação da Caldeira - (4 a 12 bar)			
	Pressostato do Ventilador da Caldeira - (0 a 500 mbar)			
	Pressostato do Gás da Caldeira - (0 a 500 mbar)			
	Termômetro Bimetálico da linha de Retorno do Economizador da Caldeira (0 a 200 °C)			
	Manômetro da Coluna de Nível da Caldeira - (0 a 20 bar)			
	Manômetro da Linha de Gás da Caldeira - (0 a 20 Kgf/cm²)			
	Manômetro da Linha de Gás da Caldeira após reguladora - (0 a 500 mmca)			
	Manômetro da Linha do Economizador da - (0 a 20 Kgf/cm²)			
	Termômetro Bimetálico Chaminé - (0 a 500 °C)			
	Termômetro Bimetálico da linha de Ida do Economizador da Caldeira - (0 a 200 °C)			
	Medidor de Vazão de Gás - CONTECH			

5.3.1.2.2. VASOS de Pressão (Manômetros, Termômetros e Válvula de Segurança e Alívio)

Equipamentos	Modelo	Tag	Quantidade
Reator	Dinex 700	MP - 001	7
Tanque Misturador	9095000/4-B	TK - 003	
Tanque de Estocagem	97095000/4-A	TK - 004	
	97095000/4-A	TK - 002	
Tanque do Sistema de Lavagem CIP	TK - Sistema de Lavagem CIP	SLV - 72212-001	
Tanque Linha do GLAT	Tanque Encamisado	TK - 72264-001	
	Tanque Encamisado	TK - 72264-002	

--

Calibração - Anual

Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados
Tipo de Instrumento	Manômetro entrada do equipamento - (0 até 21 Kgf/cm²)
	Manômetro saída do equipamento - (0 até 21 Kgf/cm²)
	Termômetro da Linha entrada do equipamento (0 até 350 °C)
	Termômetro da Linha saída do equipamento (0 até 350 °C)
	Válvula de Segurança e Alívio do equipamento (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)

--

5.3.1.2.3. Sistema de Distribuição de Vapor 10 - SDV (Manômetros e Válvula de Segurança e Alívio).

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 10 - SDV		SDV	SDV 10 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Distribuição - (0 até 21 Kgf/cm²)		02
	Válvula de Segurança e Alívio na linha da Autoclave Baumer (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante			

5.3.1.2.4. Sistema de Distribuição de Vapor 40 - SDV (Manômetros, Termômetros e Válvula de Segurança e Alívio).

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 40 - SDV		SDV	SDV 40 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Distribuição - (0 até 21 Kgf/cm²)		22
	Termômetro Bimetálico da Linha dos AD's (0 até 350 °C)		07
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Bim Wash (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
	Válvula de Segurança e Alívio Tanque de Condensado (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Água Purificada (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.2.5. Sistema de Distribuição de Vapor 50 - SDV (Manômetros, Termômetros e Válvula de Segurança e Alívio)

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 50 - SDV		SDV	SDV 50 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Distribuição - (0 até 21 Kgf/cm²)		04
	Termômetro Bimetálico da Linha dos AD's (0 até 350 °C)		02
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Reaquecimento (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante			

5.3.1.2.6. Sistema de Distribuição de Vapor 60 - SDV (Manômetros e Termômetros)

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 60 - SDV		SDV	SDV 60 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha do Barrilete - (0 a 21 Kgf/cm²)		01
	Termômetro Bimetálico da Linha do Barrilete - (0 a 350 °C)		01
	Termômetro Bimetálico do Tanque de Retorno de Condensado - (0 a 350 °C)		01

Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no **Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante**

5.3.1.2.7. Sistema de Distribuição de Vapor 70 - SDV (Manômetros, Termômetros e Válvula de Segurança e Alívio)

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 70 - SDV		SDV	SDV 70 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Vapor (0 a 20 Kgf/cm²)		27
	Termômetro Bimetálico da Linha dos AD's (0 até 350 °C)		03
	Termômetro Bimetálico da Linha (0 até 350 °C)		05
	Válvula de Segurança e Alívio de 4" da linha de 2,5 kg (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
	Válvula de Segurança e Alívio de 3" da linha de 5 kg (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
	Válvula de Segurança e Alívio Tanque de Condensado (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
	Válvula de Segurança e Alívio da Linha Interna de Vapor do Prédio (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
	Válvula de Segurança e Alívio da Linha Externa de Vapor do Prédio (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante			

5.3.1.2.8. Geração e Distribuição de Gás Natural – DGN

Equipamentos	Modelo	Tag
--------------	--------	-----

Distribuição de Gás Natural		DGN	DGN
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Distribuição de Gás Natural (0 a 400 m mmh2o)		06
Manutenção Sistemáticas do tipo Preventiva, conforme definida no Plano de Manutenção descrito no Software de Manutenção utilizado pela Administração do Contratante			

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, às suas expensas, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para as manutenções, promovendo sua substituição, quando necessário. A contratada deverá fornecer as peças e componentes conforme rol estimado (Anexo III), essenciais para a execução do objeto deste Termo de Referência.

- 5.4.1. Todas as ferramentas, equipamentos, escadas, andaimes, materiais, utilizados para a realização do serviço previsto neste Termo de Referência, serão as expensas da Contratada, que deverão estar em perfeito estado de uso, inclusive as de uso em rede elétrica, devendo estas últimas estarem com seu material isolante em perfeito estado.
- 5.4.2. Os equipamentos e instrumentos utilizados para medição, testes e ajustes deverão apresentar certificados de calibração (dentro do prazo de validade), antes do início da realização dos testes previamente identificados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.5.1. Para o correto dimensionamento da proposta a pretensa contratada deve elaborar a proposta de preços de acordo com as exigências deste termo de Referência, contendo todos os custos relacionados à Prestação do Serviço, tais como: salários, encargos sociais incidentes sobre a remuneração, auxílio alimentação, auxílio transporte, adicional de insalubridade / periculosidade, tributos, custos indiretos e lucro.
- 5.5.2. EQUIPE MÍNIMA ESTIMADA PARA O SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMÁTICA.

QUADRO DE PROJEÇÃO DOS POSTOS, HORÁRIOS E QUANTITATIVOS DE FUNCIONÁRIOS					
ITEM	LOCALIZAÇÃO ENDEREÇOS	POSTO DE TRABALHO	DESCRIÇÃO DA ESCALA DE TRABALHO	QUANTIDADE DIÁRIA	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS PARA COBERTURA DO POSTO
01		Líder de Manutenção (CBO 9101-10)	08:00 às 17:00 h Segunda a sexta-feira	01	01
			Plantonista Diurno		

02	CTM JACAREPAGUÁ	Operador de Caldeira (CBO 8621-20)	Escala 12 x 36 h Horário 06:00 as 18:00 h	01	02
03		Operador de Caldeira (CBO 8621-20)	Plantonista Noturno Escala 12 x 36 h Horário 18:00 as 06:00 h	01	02
04		Técnico de Manutenção (CBO 9113-05)	08:00 às 17:00 h Segunda a sexta-feira	02	02
05		Auxiliar administrativo (CBO 4110-00)	08:00 às 17:00 h Segunda a sexta-feira	01	01
Total				06	08

5.5.3. DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE:

5.5.3.1. Quanto à insalubridade, a proposta deverá conter na sua composição (planilha de custos) o percentual de 40% sobre o salário-mínimo nacional, salvo se a norma coletiva, que rege a categoria, for omissa ou dispuser de forma diversa quanto a este percentual. Entretanto, o pagamento referente ao adicional de insalubridade estará submetido à apresentação do competente laudo pericial, emitido por médico ou engenheiro de segurança do trabalho, inscrito no respectivo conselho de classe, para os locais e condições nele determinados. O Referido laudo deverá ser apresentado em até 45 dias após o início das atividades, conforme ANEXO II.

5.5.3.2. Caso o valor referente ao adicional de insalubridade, apurado no laudo pericial supracitado, seja diverso do valor cotado na proposta da licitante vencedora, deverá ser firmado um ajuste entre as partes, para readequação do valor contratual, conforme o caso

5.5.3.3. Não obstante o valor referente ao adicional de periculosidade só será pago após a apresentação do citado laudo pericial, uma vez comprovada a sua incidência nos respectivos perfis, haverá o pagamento retroativo dos valores devidos.

5.5.3.4. No que se refere ao adicional de periculosidade, este não deverá ser cotado na planilha de custos, anexo do Edital. No entanto, caso o laudo pericial supracitado comprove a sua incidência, deverá ser firmado um ajuste entre as partes, para readequação do valor contratual, conforme o caso.

5.5.4. As Manutenções e Calibrações serão realizadas no local onde todos os Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, se encontram instalados.

5.5.5. Caso, por motivos técnicos, tais serviços não puderem ser executados nos locais de uso, os componentes afetados deverão ser retirados pela Contratada, mediante prévia aprovação do fiscal de contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física dos mesmos durante a retirada, assim como pelo seu transporte, pela manutenção e pela reinstalação, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.5.6. A Operação do Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, serão efetuados, nos locais onde os equipamentos se encontram instalados, e deverá ocorrer de segunda-feira a domingo, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia.

5.5.7. Os serviços de manutenção nas Unidades do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, poderão ser realizadas de Segunda a Domingo, em qualquer horário do dia, com anuência dos gestores do setor de utilidades. Porém, solicitamos que executem preferencialmente de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 17:00.

5.5.8. A Operação e a Manutenção Sistemática do tipo Preventiva do Sistema de Geração e Distribuição de Vapor será realizada por uma equipe mínima estimada, conforme descrito no item 5.5.2.

5.5.9. A Contratada deverá instalar container as suas expensas conforme descrição abaixo, para habitação da equipe técnica, e como almoxarifado para guarda dos materiais que serão utilizados no contrato.

5.5.9.1. A Contratada deverá disponibilizar acomodação de 01 (um) container habitável, com banheiro, instalações elétricas, hidráulicas e climatizados, revestidos com isolamentos térmico de acordo com as Normas regulamentadoras (NR 18 e NR 24) completos do tipo modular, com área mínima de 60 (sessenta) M², para servir de acomodação e vestiário da Equipe Técnica de Operação e Manutenção, para à interligação destes a Infraestrutura será disponibilizada a uma distância máxima de 50mts próxima a Sala de Caldeiras da área destinada a sua instalação, a instalação do container deverá ocorrer no máximo 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.5.9.2. Os custos relacionados ao container habitável deverão ser considerados pela Licitante, quando da composição de sua proposta comercial, e alocados nos itens Mobilização e Desmobilização.

5.5.9.3. Mobilização: Atividades Preliminares, Montagem, Transporte de ida e execução dos serviços de infraestruturas, este serviço deverá ocorrer no máximo 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, e será cobrado somente no início do contrato.

5.5.9.4. Desmobilização: Desmontagem dos serviços de infraestruturas e Transporte de volta, este serviço deverá ocorrer no máximo 20 (vinte) dias corridos após o término do contrato, e será cobrado somente no término do contrato.

5.5.9.5. Da Desmobilização: A CONTRATADA terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o término do contrato, para desmobilização de equipamentos, instrumentos, ferramentas, acomodações, instalados em Farmanguinhos. O descumprimento desta obrigação no prazo determinado ensejará o pagamento por parte da CONTRATADA de uma taxa de ocupação, referente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser cobrada por dia de atraso.

5.5.10. A Contratada deverá emitir um Relatório de Gestão da Manutenção Mensal dos trabalhos efetuados e eventos ocorridos, além das observações e recomendações que se julgarem necessários. O Relatório da Manutenção e Operação, conforme boa técnica da Engenharia de Manutenção e em consenso com a Contratante, e deverá ser entregue ao Fiscal, até o 5º dia útil subsequente ao mês da execução dos serviços.

5.5.11. A Contratada deverá fornecer sem ônus para a CONTRATANTE, 05 (cinco) rádios de comunicação Profissional que funcionem na Frequência mínima de (UHF/FM 440-480MHz) com 16 canais de comunicação, aos postos de trabalho do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR e para a FISCALIZAÇÃO, para que permitam contato 24 (vinte e quatro) horas por dia da FISCALIZAÇÃO com os responsáveis pelo serviço.

5.5.11.1. Distribuição dos rádios de comunicação para o Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, 02 (dois) para a equipe da CONTRATADA e 03 (três) para FISCALIZAÇÃO do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR.

5.5.12. A empresa contratada deverá disponibilizar peças e componentes para que os serviços de manutenções sistemática e não- sistemática não sofram descontinuidade, devendo observar as regras próprias ao fornecimento de peças e componentes conforme item 5.1.2.6 e seus subitens.

5.5.13. No caso em que a Contratada, como resultado das suas manutenções, venha a danificar áreas públicas ou de terceiros, deverá recuperá-las deixando-as em conformidade com o seu estado original.

5.5.14. Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar as peças e componentes, nas especificações e quantidades estimadas estabelecidas nos ANEXO III, promovendo sua substituição quando necessário com autorização do fiscal do contrato.

5.5.15. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) quando for o caso.

5.5.16. Os equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) fornecidos pela CONTRATADA, deverão possuir a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do trabalho.

5.5.17. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente

5.5.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

5.5.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.5.20. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela exatidão do serviço, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados, de comum acordo com a CONTRATANTE, todos os erros, e falhas comprovadas nos trabalhos apresentados, mesmo após a execução final do serviço.

5.5.21. Apresentar laudos periódicos relativos à emissão de gases, conforme regulamentação Conama.

5.5.22. Ter indicador de 98% do demonstrativo dos resultados obtidos na execução das Ordens de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva dos serviços (Planejado x Realizado).

5.5.23. Apresentar laudos periódicos relativos a análise da qualidade de água das caldeiras.

5.5.24. A CONTRATADA deverá manter o equipamento disponibilizado para operação com 100% de sua capacidade.

5.5.25. A CONTRATADA deverá fornecer e-mail para a fiscalização de Farmanguinhos, que permita contato entre os responsáveis pelos serviços e o fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE, para o registro e descrição da causa raiz de eventuais emergências.

5.5.26. Cumprir com todos os requisitos, aplicáveis, da NR 13 referente a Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações de Gás Natural.

5.5.27. A CONTRATADA deverá obedecer às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e também das normas internacionais.

5.5.28. No início das atividades, a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar ao Setor de SMS da Contratante conforme descrito no Anexo II, os Atestados de Saúde Ocupacional - ASO de cada empregado, dentro do período de validade, conforme estabelecido na legislação trabalhista e entregar a listagem de todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI que serão utilizados, com os respectivos Certificados de Aprovação - CA, para avaliação e aprovação da Contratante.

5.5.29. Todo e qualquer curso e treinamento, obrigatório por lei, relacionado à Segurança e Saúde no Trabalho, correrá por conta da CONTRATADA.

5.5.30. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício das atividades;

5.5.31. A CONTRATADA deverá apresentar a Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ) de todos os produtos químicos utilizados, ao Serviço de Segurança do Trabalho, assim como mantê-las no local onde ficarão armazenados os referidos produtos.

5.5.32. A CONTRATADA deverá manter a frente de trabalho e demais locais de seu uso em perfeita organização e limpeza.

5.5.33. Elaborar Instruções de Trabalho e Checklist de Inspeção em até 30 (trinta) dias a contar da data do início da vigência do contrato, contendo as principais atividades e os requisitos para a sua execução

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O enxoval dos uniformes deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. 2 (dois) Jalecos com manga curta, bolso na parte superior esquerda, nas cores da contratada, em tecido terbrim, com identificação da contratada, de forma a permitir que os profissionais se apresentem com boa aparência;

5.7.1.2. 2 (duas) Calças compridas com elástico no cós traseiro e fechamento frontal com botões, nas cores da contratada, em tecido terbrim, com identificação da contratada;

5.7.1.3. 1 (uma) Bota eletrícista (CA - Certificado de Aprovação);

5.7.1.4. 1 (um) Crachá.

5.7.1.5. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

5.7.1.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.7.1.7. O fornecimento do enxoval dos uniformes deverá ser efetivado ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído a cada 6 (seis) meses, salvo prazos diferenciados determinado na Convenção Coletiva da Categoria Profissional. As peças de quaisquer itens dos uniformes deverão ser substituídas em qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atenderem as condições mínimas de apresentação.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constitui-se da seguinte etapa:

5.8.1. Na transição contratual, é crucial que a contratada realize a Mobilização de maneira concomitante com a Desmobilização do contrato anterior, a fim de afetar de maneira mínima o tempo de transição. O descomissionamento deverá ser concluído somente após o aceite da nova instalação, evitando a descontinuidade das operações.

5.9.2. A contratada deverá apresentar um inventário completo de todos os itens fornecidos, no prazo de 10 (dez) dias antecedentes tanto à mobilização quanto à desmobilização.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá apresentar preposto da empresa no local da execução do objeto, sempre que solicitado pela fiscalização da contratante, em casos de reuniões para alinhamento de demandas, negociações contratuais e acompanhamento na realização dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a

interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.27.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.27.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.27.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.27.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.33.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4ºB da Lei nº 6.019/1974.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.40. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.52. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.55.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.55.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.56. As compensações de jornada limitam-se:

6.56.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.56.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

6.58. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.

6.59. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.

6.60. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência

6.61. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.62. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.63. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.63.1. Até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.63.2. Em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.64. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.65. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025

Gestor do Contrato

6.66. Cabe ao gestor do contrato:

6.66.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.66.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.66.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.66.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.66.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.66.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.66.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.66.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.66.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.66.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.67. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I**.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou.

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. As métricas de dimensionamento para fins de avaliação de resultados e faturamento financeiro e o modelo de remuneração (que inclui a aplicação de instrumentos de medição de resultados) são aquelas definidas nas respectivas especificações técnicas para cada ITEM de serviço, conforme ANEXO I.

7.4.2. A avaliação da qualidade dos serviços consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir e de outros que possam ser definidos nas ORDENS DE SERVIÇO, de acordo com a especificidade da demanda. Os serviços serão avaliados segundo os critérios de completude, consistência, forma e qualidade considerando:

7.4.2.1. Critério de Completude: serão considerados incompletos os serviços entregues sem que todos os elementos requeridos estejam presentes;

7.4.2.2. Critério de Consistência: serão considerados inconsistentes os serviços entregues com não conformidades que impeçam o seu uso. São exemplos de não conformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do fabricante bem como inadequações na documentação de natureza funcional;

7.4.2.3. Critério de Forma: serão considerados desformatados os serviços entregues com não conformidades relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos de documentos definidos, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do serviço;

7.4.2.4. Critério de Qualidade: as entregas serão avaliadas com base em sua conformidade com os níveis mínimos de serviço estabelecidos. Entregas que não atingirem o nível mínimo de qualidade serão rejeitadas.

7.4.3. Somente serão faturadas as Ordens de Serviços efetivamente executadas, após avaliação de conformidade das condições de entrega dos serviços e validação pela CONTRATANTE.

Do Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, a Administração, até o dia 5 do mês subsequente, procederá à verificação da execução dos serviços relativos ao mês anterior, com vistas ao recebimento provisório e à autorização do pagamento, mediante análise do relatório técnico encaminhado pelo Contratado, confirmando o recebimento provisório por meio das assinaturas da fiscalização no IMR e no espelho de faturamento.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de cada mês corrente.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação.

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22.1. A contratada deverá apresentar para fins de pagamento:

I – Notas Fiscais de Serviço correspondentes à execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e de serviços passíveis de subcontratação;

II – DANFE's (Documentos Auxiliares da Nota Fiscal Eletrônica) correspondentes ao fornecimento de peças e componentes.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.24.1. o prazo de validade;

7.24.2. a data da emissão;

7.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.24.5. o valor a pagar; e

7.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado (desmobilização; serviços de manutenção não - sistemática do tipo corretiva; serviços de manutenções não sistemáticas passíveis de subcontratação; fornecimento de peças, componentes e insumos para manutenções): a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de

pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.45.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.45.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.45.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.45.6. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.46. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.46.1. Adota-se o IPCA em razão dos custos do objeto serem compostos por mão de obra especializada, insumos industriais, peças de reposição e despesas operacionais, inexistindo índice setorial específico que represente, de forma fidedigna, a variação conjunta desses componentes. Nessa circunstância, a adoção de índice geral de inflação mostra-se mais adequada para preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.49. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.51. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.52. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.55. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.56. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.57. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.58. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 45 dias úteis, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.59. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.60. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.61. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.62. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.63. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.64. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.64.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de crédito.

7.65. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.65.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.65.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.65.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.65.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.66. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.67. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.68. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.69. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.70. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.71. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.72. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.72.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.72.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.72.3. Multa sobre o FGTS; e

7.72.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.73. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.74. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.75. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.76. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.77. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.78. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.79. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.80. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**. Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por valor global.

9.2.1. Considerando a natureza do serviço, justifica-se a adoção por preço global em razão da possibilidade de definir de forma clara e objetiva o escopo e o valor total do contrato, assegurando economicidade, eficiência e adequada gestão dos recursos públicos.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Convenção Coletiva de Trabalho sob registro no MTE nº RJ 002899/2024, utilizada como paradigma:

9.3.1. salário-base: SINDMETAL RJ - CCT 2024/2026, com registro no MTE em 06 de dezembro de 2024, os quais seguem a regras enunciadas no item 9.3

9.3.2. auxílio-alimentação: SINDMETAL RJ - CCT 2024/2026, com registro no MTE em 06 de dezembro de 2024, os quais seguem a regras enunciadas no item 9.3

9.3.3. Os benefícios de natureza trabalhista ou social, serão os definidos nas Convenção(s) Coletivas de Trabalho e/ou acordo coletivo aplicável, a qual o licitante estiver vinculado.

Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12. Considerando que a contratação pretendida envolve dedicação exclusiva de mão de obra, fica vedada à participação de cooperativas de trabalho no certame. Tal vedação decorre do Termo de Conciliação Judicial homologado pela Justiça do Trabalho nos autos da ação civil pública nº 01082-2002-020-10-00-0, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, consoante PARECER n. 002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU (NUP: 00688.001058/2022-11, sequencial 27-30).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista.

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Independente do resultado dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação:

9.26.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.26.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo V deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do fornecedor observados os seguintes requisitos:

9.31.1. Comprovação, por meio de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública conforme modelo constante no item 1, do Anexo V deste Termo de Referência, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos Contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa Privada, vigentes na data de abertura da sessão pública deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do fornecedor, podendo este ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

9.31.1.1. Quando o resultado do cálculo demonstrativo (fórmula descrita no item 1 do Anexo V) deste Termo de Referência, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total dos Contratos firmados com a Administração Pública e a Iniciativa Privada vigentes na data do Pregão for inferior ou igual a 1, poderá ser apresentada justificativa demonstrando o impacto dos resultados, tendo em vista as vigências contratuais e o período da DRE encaminhada.

9.31.2. A justificativa, descrita no subitem 9.31.1.1., deve permitir demonstrar que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, não é superior ao Patrimônio Líquido do fornecedor, sob pena de inabilitação do certame, com amparo no Princípio da Supremacia do Interesse Público e visando salvaguardar o Erário, considerando toda relevância e valor do objeto da contratação.

9.31.3. Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública conforme modelo constante no item 2 do Anexo V deste Termo de Referência, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. Esta declaração deverá demonstrar o percentual apurado entre a Receita Bruta discriminada na DRE e o total de contratos faturados e recebidos no mesmo período da Receita Bruta demonstrada pelo DRE.

9.31.3.1. Quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), positivo ou negativo, entre a declaração tratada no subitem 9.31.3 e a Receita Bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas (Anexo V) deste Termo de Referência que serão analisadas pela equipe do Pregão.

9.31.3.2. A justificativa deve permitir demonstrar que o percentual apurado entre a Receita Bruta discriminada na DRE e o total de contratos faturados e recebidos no mesmo período da Receita Bruta demonstrada pelo DRE, se enquadra no limite de 10% (dez por cento), positivo ou negativo, sob pena de inabilitação do certame, com amparo no Princípio da Supremacia do Interesse Público e visando salvaguardar o Erário, considerando toda relevância e valor agregado do objeto da pretendida licitação. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

9.34.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, pelo conselho profissional competente, sob a forma de CAO (Certidão de Acervo Operacional) relativo a serviços já prestados e emitida a partir dos registros de ART.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.35.1.2. Comprovação através de certidões ou atestados técnico operacional que já executou objeto compatível com a parcela de maior relevância do que está sendo licitado, ou seja, prestação de serviço de Operação e Manutenção Sistemática do tipo Preventiva em Caldeira Flamotubulares categoria B com capacidade mínima de produção de vapor 2000 Kg/h, que representa 50% da capacidade total mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

9.35.1.3. Apresentação de certidões de acervo operacional (CAO) da empresa emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia atestando a execução de serviços técnicos de instalação, manutenção, reparo de tubulações de alta pressão e caldeiras.

9.35.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3. As certidões ou atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.38. A vinculação dos profissionais abaixo indicados com a LICITANTE será comprovada, no momento da execução do objeto, por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou ficha de registro de empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da LICITANTE, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista e regido pela legislação comum, e, ainda, com registro no Conselho profissional de sua categoria no Estado do Rio de Janeiro.

9.38.1. Engenheiro Mecânico - Na ocasião da assinatura do contrato, a Contratada deverá designar um Responsável Técnico devendo ser Engenheiro Mecânico com especialização em NR13 e soldas especiais, com no mínimo 03 (três) anos de experiência em Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Sistemas de Distribuição de Gás Natural. A referida experiência poderá ser comprovada por meio de cópias das Carteiras de Trabalho ou, ainda por meio de contrato de prestação de serviços sem vínculo trabalhista e regido pela legislação comum, e deverá ser apresentada em até 30 dias após a assinatura do contrato, bem como este profissional deverá realizar visitas técnicas sempre que necessário, conforme as demandas apresentadas, para acompanhamento e supervisão dos serviços prestados, além de atender eventuais convocações da contratante.

9.38.1.1. O custo deste profissional será de responsabilidade da empresa Contratada sem ônus para a Contratante. Este profissional deverá possuir registro/visto/averbação no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, dentro do prazo de validade, e será o responsável técnico, na forma de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA, no local de realização do serviço (em sede de contratação) pelos serviços de manutenção em Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Distribuição de Gás Natural neste Termo de Referência.

9.38.1.2. No caso de necessidade de substituição do profissional responsável técnico, a contratada deverá elaborar a proposta de substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional que está sendo substituído.

9.38.1.3. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização. Após aprovação, a Contratada deverá providenciar, imediatamente, um novo Responsável Técnico, registrando novamente o Contrato no CREA e, conseqüentemente, encaminhar a nova ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para a Fiscalização. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

9.39.1.4. A vinculação do Responsável Técnico com a Contratada poderá ser comprovada por meio de Anotação de responsabilidade técnica (ART) registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ), contrato de prestação de serviço entre a empresa e o engenheiro, registro em carteira (CTPS) ou contrato de trabalho em conformidade com o disposto na NR-13 (Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações).

9.38.2. Líder de Manutenção - Na ocasião após a assinatura do contrato, estima-se que para a execução das atividades de Manutenções Sistemáticas do tipo preventiva e não sistemática do tipo corretiva, deverá ser realizada por Técnico com Qualificação em Eletromecânica ou Mecânica com, no mínimo, 02 (dois) anos de experiência na execução dos serviços de liderança de equipe e manutenção em Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Distribuição de Gás, a

CONTRATADA deverá disponibilizar 01 (um) Líder de Manutenção com dedicação exclusiva (residente), com habilitação técnica (NR-13 CALDEIRAS E VASOS DE PRESSÃO) para execução dos serviços de Manutenções e Calibrações Sistemáticas, em todos os equipamentos do Sistema todos os dias, de segunda à sexta, nos horários de 08:00 as 17:00 horas.

9.38.2.1. O profissional técnico deverá possuir registro/visto/averbação no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, no local de realização do serviço (em sede de contratação), dentro do prazo de validade que deverá ser apresentada em até 30 dias após a assinatura do contrato.

9.38.2.2. No caso de necessidade de substituição do profissional, a contratada deverá elaborar a proposta de substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional que está sendo substituído.

9.38.2.3. A comprovação da experiência profissional do Líder de Manutenção, deverá ser no mínimo de 02 (dois) anos, nos cargos e funções solicitadas, comprovadas através da apresentação da Carteira de Trabalho, ou ainda por contrato de prestação de serviço ou demais documentos que evidenciem a experiência prévia, registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT do profissional, ou por meio de declarações com o nome e CPF do profissional que exercerá a função, bem como com a comprovação da qualificação, nos termos da legislação vigente.

9.38.3. Equipe de Operação de Caldeira - Na ocasião após a assinatura do contrato, estima-se que para a execução das atividades diárias de Operação no Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Distribuição de Gás Natural, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe com dedicação exclusiva (residente) composta de 04 (quatro) Operadores de Caldeira, sendo dois diurnos e dois noturnos, com habilitação técnica (NR-13 CALDEIRAS E VASOS DE PRESSÃO) para execução dos serviços de Operação, em todos os equipamentos do Sistema todos os dias, de segunda à domingo, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos horários de 06:00 as 18:00 e das 18:00 as 06:00 em regime de plantão de 12 horas por 36 horas.

9.38.3.1. No caso de necessidade de substituição do profissional, a contratada deverá elaborar a proposta de substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional que está sendo substituído.

9.38.4. Técnico de Manutenção - Na ocasião após a assinatura do contrato, estima-se que para a execução das atividades de Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Calibração dos Equipamentos, deverá ser realizada por Técnico com Qualificação em Eletromecânica ou Mecânica com, no mínimo, 01 (um) ano de experiência na execução dos serviços de manutenção em Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Distribuição de Gás, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe com dedicação exclusiva (residente) composta de 02 (dois) técnicos de manutenção, com habilitação técnica (NR-13 CALDEIRAS E VASOS DE PRESSÃO) para execução dos serviços de Manutenções e Calibrações Sistemáticas, em todos os equipamentos do Sistema todos os dias, de segunda à sexta, nos horários de 08:00 as 17:00 horas.

9.38.4.1. O profissional técnico deverá possuir registro/visto/averbação no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, no local de realização do serviço (em sede de contratação), dentro do prazo de validade que deverá ser apresentada em até 30 dias após a assinatura do contrato.

9.38.4.2. No caso de necessidade de substituição do profissional, a contratada deverá elaborar a proposta de substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional que está sendo substituído.

9.38.4.3. A comprovação da experiência profissional do Técnico de Manutenção, deverá ser no mínimo de 01 (um) ano, nos cargos e funções solicitadas, comprovadas através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda por contrato de prestação de serviço ou demais documentos que evidenciem a experiência prévia registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT do profissional, ou por meio de declarações com os nomes e CPF do profissional que exercerá a função, bem como com a comprovação da qualificação, nos termos da legislação vigente.

9.38.5. Auxiliar administrativo - Na ocasião após a assinatura do contrato, estima-se este profissional para auxiliar no atendimento das demandas da contratante, realizar gestão de documentos, compras, agendamento de serviços etc. O Auxiliar administrativo deverá ter, no mínimo, 01 (um) ano de experiência. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional com dedicação exclusiva (residente) com experiência em serviços de escritório e afins. A jornada de trabalho será de segunda à sexta, nos horários das 08:00 às 17:00 horas.

9.38.5.1. No caso de necessidade de substituição do profissional, a contratada deverá elaborar a proposta de substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional que está sendo substituído.

9.38.5.2. A comprovação da experiência profissional do Auxiliar administrativo, mínima de 01 (um) ano, nos cargos e funções solicitadas, deverá ser comprovada através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda por contrato de prestação de serviço ou demais documentos que evidenciem a experiência prévia.

9.39. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

9.40. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.41. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.42. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.43. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.44. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.45. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.46. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação será tornado público após a realização da pesquisa de mercado, passando a constar no instrumento editalício, que terá como anexo o Termo de Referência como parte integrante do presente instrumento.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 25201/254446

II) Fonte de Recursos: 1002

III) Programa de trabalho: 10.303.5117.4370.0001 (Ação: 4370 - Atendimento à População para Prevenção, Controle e Tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Hepatites Virais)

IV) Elemento de despesa: 33.90.39

V) Plano interno: A1FAR

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

13. DOS ANEXOS

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - (IMR)

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO PARA SMS

ANEXO III - ROL ESTIMATIVO DE PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS PARA MANUTENÇÕES

ANEXO IV ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 39/2025

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANEXO VI - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NÃO SISTEMÁTICA PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CRISTIANO DA SILVA ALEXANDRE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 10:15:34.

DOUGLAS JOSE SANTANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 10:12:58.

JOSE ROCHA DA CRUZ JUNIOR

Membro da comissão de contratação

BEATRIZ MARIA SIMOES RAMOS DA SILVA

Membro da comissão de contratação

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - (IMR)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - (IMR)	
Indicador de Nível de Serviços nº 1 Respeito aos atendimentos das demandas do Instituto de Tecnologia em Fármacos / FIOCRUZ	
ITEM	DESCRIÇÃO:
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de Farmanguinhos, do Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, relativamente ao objeto contratual, estas fixadas no Termo de Referência, bem como as demais solicitações pertinentes ao contrato feitas por carta/ofício, e-mail e telefone à CONTRATADA.
Meta a cumprir	Garantir o correto funcionamento do equipamento dentro das condições operacionais padrão.
Instrumento de medição:	Através de correio eletrônico e relatórios circunstanciados, se for o caso, atestando eventuais não conformidades identificadas pela fiscalização da CONTRATANTE e Notificadas por escrito à CONTRATADA , pela fiscalização e/ou Gestor da Execução do Contrato.
Forma de acompanhamento:	Pelo telefone e/ou correio eletrônico, se for o caso, que poderá gerar envio de notificação à empresa CONTRATADA .
Periodicidade	Verificação diária compilada antes da ocorrência do pagamento único.
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Mecanismo de Cálculo	Por cada desconformidade atestada pela CONTRATANTE , através do correio eletrônico e/ou relatório da fiscalização/ Gestor da Execução do Contrato atestando desconformidade que poderá gerar envio de notificação à empresa CONTRATADA .
Faixas de Ajuste no Pagamento	GRAU
	CORRESPONDÊNCIA
	1 0,2%
	2 0,4%
	3 0,8%
	4 1,6%
	5 3,2%
Aplicação de: glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) até o máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento) sobre o valor mensal do contrato de acordo com a tabela 1 constante deste Anexo, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.	
Sanções:	Advertência: ultrapassou o limite máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento), aplica-se a sanção prevista neste Termo de Referência.
	Multa: reincidência na ultrapassagem do limite máximo de 3,2% (três vírgula dois por cento), aplica-se a sanção prevista neste Termo de Referência.
	Reincidência da ocorrência que ocasionou a aplicação da sanção de multa acima - possibilidade de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no Termo de Referência.
Definições:	Ocorrência: não execução de atividade, ação, obrigação ou atendimento de prazos em condições divergentes ao estipulado no Termo de Referência e seus Anexos.
"OBSERVAÇÕES	
Todas as ocorrências deverão ser registradas nas Ordens de Manutenção Não Sistemáticas (OMNS) e notificadas à CONTRATADA . As execuções das atividades deverão ser tratadas dentro do processo do setor de PCM-Planejamento e Controle de Manutenção, com seus prazos e recursos necessários para solução das falhas apontadas.	
Todas as atividades deverão estar registradas no Relatório Mensal a ser enviado à FISCALIZAÇÃO , juntamente com a fatura atestada para liberação do pagamento."	

Tabela 1

INFRAÇÃO - DESCRIÇÃO DO DESVIO		GRAU
Para os itens a seguir, que a contratada:		
1	Deixar de Manter em estoque produtos que não sejam biodegradáveis fora das especificações previstas em normas e portarias, sem autorização formal do contratante, por item e por dia de ocorrência;	1
2	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência	1
3	Deixar de ter indicador de 98%, do demonstrativo dos resultados obtidos na execução das Ordens de Manutenção Sistemática do tipo Preventiva dos serviços (Planejado x Realizado), conforme descrito no subitem 5.6.22 , por item e por ocorrência.	2
4	Não apresentar laudos periódicos relativos à análise da qualidade de água das caldeiras. Subitem 5.6.23 .	2
5	Fornecer materiais, peças e componentes de qualidade inferior ou fora das especificações dos fabricantes de equipamentos, por item e por dia de ocorrência.	2
6	Deixar de Executar as exigências e fornecer a Documentação para SMS oriundos da execução de suas atividades dentro das dependências da Contratante, conforme previsto no ANEXO VI Deste Termo de Referência Valorado por item e por ocorrência;	5
7	Deixar de Manter o equipamento operante em 100% de sua capacidade. Subitem 5.6.24 .	3
8	Deixar de Fornecer vestimentas a seus empregados condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no item 5.8 e seus demais subitens Deste Termo de Referência Valorado por item;	3
9	Deixar de Fornecer no prazo descrito no item 5.1.2.6.3 e 5.1.2.6.4 as peças e componentes descritas no ANEXO V necessários para realização dos Serviços de Operação, Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva, valorado por item e por ocorrência;	4
10	Deixar de Efetuar as Manutenções Sistemáticas do tipo Preventivas dos equipamentos conforme no item 5.4 e seus subitens deste Termo de Referência; valorado por evento e por ocorrência;	4
11	Deixar de Efetuar as Manutenções Não Sistemáticas do tipo Corretivas dos equipamentos conforme item nº 5.1.2.3 . deste Termo de Referência; valorado por evento e por ocorrência;	4
12	Deixar de Manter os profissionais (Engenheiro Mecânico, Técnico de Manutenção, Auxiliar e Operadores) com qualificação técnica, de acordo com estipulado no item 9.38 . e seus demais subitens Deste Termo de Referência Valorado por item, por ocorrência e por funcionário;	4
13	Deixar de Atender aos chamados técnicos de Manutenção Não Sistemáticas nos prazos estabelecidos no item 5.1.2.4 . e seus subitem, sendo valorado por item e por ocorrência;	4
14	Não apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica-ART do Engenheiro responsável pelo sistema, no período vigente da medição do contrato.	5
15	Deixar de Atender por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos, ressalvada a hipótese de caso fortuito ou força maior, desde que devidamente comprovada, os serviços que são objeto deste contrato, por dia e por unidade de atendimento	5
16	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por item e por ocorrência.	5
17	Não realizar as Calibrações dos Instrumentos conforme item 5.1.2.5 . Não apresentar os relatórios de calibração dos instrumentos relativos aos sistema de geração e distribuição de vapor e tubulação de gás.	5
18	Não apresentar laudos periódicos relativos à emissão de gases, conforme regulamentação Conama vigente. Subitem 5.6.21 e ainda em conformidade com item 5.1.2.9	5
19	Deixar de Executar as exigências e fornecer a Documentação para SMS oriundos da execução de suas atividades dentro das dependências da Contratante, conforme previsto no ANEXO II Deste Termo de Referência Valorado por item e por ocorrência;	5

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

1. Empresas que irão trabalhar até 05 (cinco) dias, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência:

- a) Páginas da carteira de trabalho: página da foto com o número da carteira, série e assinatura do portador, da qualificação civil e do contrato de trabalho;
- b) Ou ficha de registro com identificação e assinatura do empregador ou cadastro no E-social conforme a portaria SEPRT 1195 (30/10/2019) e suas atualizações;
- c) Ou contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes interessadas;
- d) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- e) Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- f) Carteira de vacinação do adulto;
- g) Comprovante de capacitação técnica para as funções específicas;
- h) Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades, quando aplicável;
- i) Quando aplicável, ART do Responsável Técnico pelo Projeto/Obra;
- j) Quando aplicável, CREA ou respectivo Conselho de Classe;
- k) Quando aplicável, comprovantes de Treinamentos Obrigatórios (**item 9**);
- l) Quando aplicável, documentos para movimentação de cargas (**item 8**).

Nota 1: Para as empresas que se enquadrarem no **item 1** não será exigida a apresentação da Ficha de EPI, mas todos os funcionários deverão portar seus respectivos equipamentos de acordo com os riscos da atividade, conforme determina a NR 6 – EPI;

Nota 2: Não se enquadram no **item 1**, empresas que executem serviços que envolvam risco químico, físico, biológico, trabalhos em altura, espaço confinado, eletricidade, trabalhos a quente, movimentação de carga com equipamentos de guindar, dentre outros que poderão ser enquadrados conforme análise da Divisão de Segurança do Trabalho. Nestes casos a empresa deverá ser enquadrada no **item 2** deste Formulário.

2. Empresas que irão trabalhar com prazo de 06 (seis) a 30 (trinta) dias, esporadicamente ou irão realizar levantamento de informações para elaboração de projetos, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência:

- a) Páginas da carteira de trabalho: página da foto com o número da carteira, série e assinatura do portador, da qualificação civil e do contrato de trabalho;
- b) Ou ficha de registro com identificação e assinatura do empregador ou cadastro no E-social conforme a portaria SEPRT 1195 (30/10/2019) e suas atualizações;
- c) Ou contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes interessadas;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

- d) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- e) Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- f) Carteira de vacinação do adulto.
- g) Ficha de entrega de Equipamento de Proteção Individual - EPI e uniformes, conforme NR - 06, devidamente assinada pelo empregador e pelo empregado;
- h) Ordem de Serviço - OS, conforme NR - 01;
- i) Comprovante de capacitação técnica para as funções específicas a serem realizadas;
- j) Análise Preliminar de Riscos - APR com descrição detalhada das atividades, identificação dos riscos envolvidos e medidas de controle que reduzam ou eliminem os riscos identificados, exceto para as atividades de levantamento de informações para elaboração de projetos;
- k) Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades;
- l) Quando aplicável, cópia da ART do Responsável Técnico pelo Projeto/Obra;
- m) Quando aplicável, cópia do CREA ou respectivo Conselho de Classe;
- n) Quando aplicável, comprovantes de treinamentos Obrigatórios (**item 9**);
- o) Quando aplicável, documentos para movimentação de cargas (**item 8**);
- p) Foto 3x4 digital, em formato JPG ou BMP.

3. Empresas que irão trabalhar com prazo superior a 30 (trinta) dias ou irão realizar levantamento de informações para elaboração de projetos, com prazo superior a 90 (noventa) dias, além das exigências listadas no item 2, deverão apresentar os documentos abaixo digitalizados em até 45 dias após o início das atividades:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, conforme NR – 01;
- b) Laudo Técnico das condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, conforme Lei nº 8.213, de 1991 e suas atualizações;
- c) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR – 07;
- d) Constituir Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, quando aplicável, ou indicar o seu representante legal devidamente registrado, conforme determina a NR 05, fundamentada no grau de risco da Unidade onde será executada a atividade;
- e) Constituir Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, quando aplicável, ou indicar o seu representante legal devidamente registrado, conforme determina a NR 04, fundamentada no grau de risco da Unidade onde será executada a atividade;
- f) Laudo de Insalubridade e Periculosidade;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

4. Estrangeiros a trabalho, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:

- Passaporte com visto para trabalho, quando aplicável (conforme QGRV - Quadro Geral de Regime de Vistos para a Entrada de Estrangeiros no Brasil, da Divisão de Controle Migratório do MRE – Ministério das Relações Exteriores);
- Seguro Viagem;
- Declaração de Vínculo e/ou Responsabilidade;
- Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo;
- Carteira de vacinação do viajante;
- Atender as exigências do **item 05**.

Nota 3: Portar seus respectivos equipamentos de acordo com os riscos de sua atividade, conforme determina a NR 6 – EPI;

Nota 4: Atender as legislações brasileiras relacionadas às áreas de Saúde e Segurança do Trabalho.

5. Parceiros nacionais ou internacionais:

Para acesso de pessoas provenientes de parcerias externas, tais como representantes de empresas parceiras em projetos de absorção/transferência de tecnologias ou em projetos de desenvolvimento tecnológico, Cooperação Técnica ou qualquer outro tipo de acordo técnico externo, a área demandante, deverá enviar um e-mail, com pelo menos **15 (quinze)** dias de antecedência, para cadastroempresa.far@fiocruz.br, informando:

- data do evento/acompanhamento;
- quantidade de pessoas que irão realizar a atividade;
- quais atividades serão realizadas e/ou acompanhadas;
- local de realização das atividades.

6. Parceiros Nacionais que irão executar atividades laborais, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:

- Documento que comprove o vínculo da (s) pessoa(s) com a empresa parceira (carteira de trabalho, contrato de trabalho ou ficha de registro do funcionário (sempre assinados pelo empregador/contratante);
- Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, conforme NR 07;
- Plano de Atendimento de Emergência – modelo anexo (a ser preenchido pelo responsável pelo projeto em Farmanguinhos);
- Carteira de vacinação do adulto;
- Comprovante de capacitação técnica para funções específicas, quando aplicável;
- Lista de equipamentos, ferramentas e materiais que serão utilizados na execução das atividades, quando aplicável;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

g) Quando aplicável, comprovantes de Treinamentos Obrigatórios (item 9).

7. Parceiros Internacionais que irão executar atividades laborais, deverão apresentar os documentos abaixo, digitalizados, com 15 (quinze) dias úteis de antecedência:

Atender as exigências do item 04 (Estrangeiros a Trabalho) e atender ao item 05.

8. Para movimentação de cargas (além das exigências listadas no item 1 ou 2 acima, deverão apresentar):

- a) Comprovante de capacitação do Operador de Guindaste/Caminhão Munck;
- b) Habilitação do condutor do veículo;
- c) *Checklist* do equipamento de movimentação de carga;
- d) Plano de *Rigging* (carga ≥ 03 toneladas ou de acordo com APR);
- e) ART do Responsável Técnico pelo Plano de *Rigging*.

9. Treinamentos Obrigatórios:

- a) Comprovante de treinamentos obrigatórios de segurança de acordo com as atividades que serão executadas:
 - NR 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
 - NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
 - NR 12 – Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
 - NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
 - NR 35 – Trabalho em Altura.

Nota 5: Para as atividades relacionadas às NR 33 e 35 deverão apresentar Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com a observação **“Apto para trabalho em altura /espaço confinado”** além dos exames específicos para estas atividades (eletrocardiograma, eletroencefalograma, glicemia, audiometria, acuidade visual, espirometria, Rx de tórax, teste de Romberg e avaliação psicossocial).

10. Notas aplicáveis a qualquer tipo de acesso acima detalhado, conforme o enquadramento:

Nota 6: Todos os documentos deverão ser enviados para o e-mail: cadastroempresa.far@fiocruz.br para análise das áreas pertinentes a cada matéria (Segurança, Saúde, Cadastro e Acesso). Orientamos que conste no e-mail: **O nome da empresa, descrição das atividades, área de atuação e que o envio de e-mail com a documentação seja por profissional.**

Nota 7: Para qualquer um dos enquadramentos acima, deverá ser efetuado o preenchimento da planilha_sap com dados do(s) funcionário(s) para cadastro, conforme orientação da planilha;

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

Nota 8: Para qualquer um dos enquadramentos acima, recomenda-se que a carteira de vacinação dos profissionais esteja atualizada e aquelas empresas que apresentam PCMSO, que exijam vacinação específica para atividade, deverão seguir as orientações que constam no programa (PCMSO).

Nota 9: Qualquer alteração no quadro de funcionários, em relação a substituições ou acréscimos, deverá ser comunicada com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência ao Núcleo de Cadastro, via e-mail cadastroempresa.far@fiocruz.br, e todas as documentações do novo funcionário deverão ser apresentadas, conforme enquadramento acima;

Nota 10: Os desligamentos deverão ser informados imediatamente ao Núcleo de Cadastro, com a respectiva data do desligamento, através do e-mail: cadastroempresa.far@fiocruz.br. O fiscal do contrato ou responsável designado, é o responsável pela devolução do crachá do profissional à Segurança Patrimonial, se aplicável;

Nota 11: Quando a empresa Contratada e/ou Subcontratada contratar outra empresa para executar algum serviço, esta deverá apresentar ao Núcleo de Cadastro uma declaração ou contrato assinado pelas partes envolvidas, a ser fornecido pela Contratante informando que a empresa em questão está executando trabalhos para a mesma, além de atender as exigências de documentação de cada atividade;

Nota 12: A integração será previamente agendada e realizada de acordo com a demanda da Instituição e disponibilidade dos instrutores, após aprovação de todos os documentos para posteriormente ser autorizado o início das atividades;

Nota 13: Além das exigências legais acima descritas, a contratada fica obrigada a cumprir os procedimentos internos de Farmanguinhos, de acordo com a área de realização das atividades;

Nota 14: Os documentos constantes no **item 3** deverão ser apresentados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, após o início das atividades. Se identificada pelas áreas responsáveis, a necessidade de ajustes, o prazo para devolução do documento corrigido deverá ser de 20 (vinte) dias, a contar da data da apresentação da não conformidade;

Nota 15: Para participação de reuniões em áreas administrativas não se faz necessário apresentação dos documentos listados nos itens acima, devendo apenas ocorrer o acompanhamento do funcionário pela área responsável pela realização da respectiva reunião;

Nota 16: Para o acesso de visitantes e/ou acompanhantes de processo fabril, os mesmos devem participar do briefing de Segurança e Meio Ambiente e Saúde antes de acessar à área fabril;

Nota 17: Outras exigências eventualmente poderão surgir de acordo com a complexidade da atividade a ser executada pelo parceiro e/ou de acordo com a área a ser visitada;

Nota 19: Regras de vestuário do Estilo Far seguem vigentes, sendo proibido o uso de camisetas, bermudas/shorts, chinelos, sandálias/ tamancos abertos atrás e blusas curtas (cropped).

Nota 20: Cada item da documentação deste Formulário deve ser enviado individualmente em formato PDF.

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

11. Orientação para solicitação de autorização de acesso às áreas produtivas e almoxarifados:

Para acesso às áreas produtivas e almoxarifados, é necessário a solicitação de autorização, conforme orientações a seguir:

a) Para acesso às áreas produtivas:

O fiscal do contrato ou responsável designado por Farmanguinhos para acompanhamento da Empresa, na fase de envio da documentação para o Núcleo de Cadastro, deverá encaminhar um e-mail separado com nome dos profissionais e descrição sucinta da atividade que será realizada nas áreas fabris da unidade e/ou a necessidade de acessos às áreas produtivas.

O título do e-mail deverá ser “Solicitação de acesso às áreas Produtivas”, com cópia para os seguintes destinatários:

- Vice-diretoria de Operações e Produção;
- Vice-diretoria de Gestão da Qualidade;
- Serviço de Boas Práticas de Documentação (sgqintegracao.far@fiocruz.br);
- Segurança Patrimonial (segurancapatrimonial@fiocruz.br);
- Departamento de Saúde (saudetrabalhador.far@fiocruz.br); e
- Segurança do Trabalho (smsseguranca.far@fiocruz.br).

b) Para acesso às áreas de Almoxarifados:

O fiscal do contrato ou responsável designado por Farmanguinhos para acompanhamento da Empresa, na fase de envio da documentação para o Núcleo de Cadastro, deverá encaminhar um e-mail separado com nome dos profissionais e descrição sucinta da atividade que será realizada no(s) almoxarifado(s) e/ou a necessidade de acesso aos mesmos.

O título do e-mail deverá ser “Solicitação de acesso às áreas de Almoxarifado”, com cópia para os seguintes destinatários:


- Vice-diretoria de Gestão Institucional (Departamento de Logística);
- Vice-diretoria de Gestão da Qualidade;
- Serviço de Boas Práticas de Documentação (sgqintegracao.far@fiocruz.br);
- Segurança Patrimonial (segurancapatrimonial@fiocruz.br);

Tipo de Documento: FORMULÁRIO/REGISTRO	Código: FOR.SMS.041	Revisão: 12	Ref.: N/A
Título: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA EMPRESAS CONTRATADAS, SUBCONTRATADAS OU PARCEIRAS			

- Departamento de Saúde (saudetrabalhador.far@fiocruz.br) e
- Segurança do Trabalho (smsseguranca.far@fiocruz.br).

ANEXO I

PLANO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA FAR PARCEIROS -VISITANTES

 Ministério da Saúde FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz	 farmanguinhos Instituto de Tecnologia em Fármacos	EMPRESA: 	PREENCHER AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS	
PLANO DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA FAR PRESTADORES DE SERVIÇOS - VISITANTES - ANEXO I DO FORMULÁRIO FOR.SMS.041				
EM CASOS DE EMERGÊNCIA	AÇÃO		RETORNO DO FUNCIONÁRIO	
	1- ACIONAR O RAMAL: 5300 / 5400 / 5260		O FUNCIONÁRIO DEVERÁ RETORNAR AO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE FAR, MUNIDO DA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA RELATIVA AO ATENDIMENTO EXTERNO PARA FINALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO MÉDICO.	
	2- CASO POSSÍVEL SE DIRECIONAR AO SERVIÇO DE SAÚDE			
	3- RESPONSÁVEL IMEDIATO	NOME:		CONTATO:
	4- RESPONSÁVEL SUBSTITUTO	NOME:		CONTATO:
	5-A EMPRESA POSSUI PLANO DE SAÚDE? () SIM () NÃO SE SIM, QUAL?			
	6-POSSUI COBERTURA NACIONAL? () SIM () NÃO			
	7- EM CASO DE ATENDIMENTO EXTERNO, COMO DEVERÁ SER FEITA A REMOÇÃO?			
				() TÁXI COMERCIAL - VOUCHER
				() CARRO DA EMPRESA
() AMBULÂNCIA - CONTRATO DE ÁREA PROTEGIDA				
() OUTROS QUAL?				
TODA REMOÇÃO DEVERÁ SER ACOMPANHADA POR UM REPRESENTANTE DA EMPRESA OU DA ÁREA.				
NOTA: DEPENDENDO DA GRAVIDADE DO CASO, A ESCOLHA DO TRANSPORTE SERÁ REALIZADA PELO DGST.				

Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos
 Av. Comandante Guarany 447 Jacarepaguá
 Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22775- 903
 Tel/Fax.:(5521) 3348-5050 / www.far.fiocruz.br

ANEXO III - ROL ESTIMATIVO DE PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS PARA MANUTENÇÕES

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 001					
Equipamento/Fabricante Caldeiras - ATA COMBUSTÃO		Modelo: AWN-4M		Valor Unitário (R\$)	Valor Total(R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
01	Painel de Comando para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
02	Coluna de Nível para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
03	Conjunto Sensor de Nível para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
04	Injetor Comodoro 1 1/2" para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
05	Pressostatos - Danfos para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
06	Válvulas de Segurança - ATA RK 394 - 1 1/2"	04	Unidades		
07	Visor de chama - ATA AWN-4M	02	Unidades		
08	Visor de chama Traseiro - ATA AWN-4M	02	Unidades		
09	Válvula de Descarga de Fundo - MGA código 82SR0075 - Tipo - AP SR 75 Flangeada 2"	04	Unidades		
10	Programador/Controlador das Caldeiras - SIEMENS Modelo: LFL 1.322 (220-240 v ~)	06	Unidades		
11	Válvula Reguladora de Gás - MADAS - Modelo: RG2MC DN65	06	Unidades		
12	Válvula Reguladora de Gás - MADAS - Modelo: RG2MB2 DN50	06	Unidades		
13	Válvula Reguladora de Gás - HONEYWELL - Modelo: VE4065B3005	06	Unidades		
14	Conjunto Medidor de Vazão de Gás - CONTECH - Modelo: SVTG 2" (INT 1 1/2") Módulo: CTH 2265I - Conjunto sensor de vazão com, módulo, placa amplificadora, transmissor, com saída 4-20 mA, com totalizador e com display para indicação local.	04	Unidades		
15	Medidor de Vazão de Água - ITRON - Modelo: MULTMAG CYBLE - 15,0 m³/h - PN 10	02	Unidades		
16	Válvula de Retenção de Portinhola Niagara 4"	02	Unidades		
17	Eletrodo de ignição para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
18	Eletrodos de Nível de Água para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
19	Pressostato de modulação - Honeywell para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
20	Pressostato de vapor - Honeywell para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
21	Pressostato pressão alta de gás - Honeywell para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
22	Pressostato pressão baixa de gás - Honeywell para Caldeira - ATA AWN-4M	06	Unidades		
23	Filtro "Y" - ATA 2"	02	Unidades		
24	Boca de Inspeção e Limpeza para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
25	Boca de Visita para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
26	Sensor de Chama para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
27	Tampa da Caixa de fumaça Traseira para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
28	Porta de Inspeção da câmara de reversão para Caldeira - ATA AWN-4M	02	Unidades		
29	Fotocélula para Caldeira - ATA AWN-4M	08	Unidades		
30	Conjunto Ignitor e Transformador para Caldeira - ATA AWN-4M	04	Unidades		
31	Coluna de Nível completo para Caldeira - ATA AWN-4M	04	Unidades		
32	Termômetro Analógico de 1/2" - TUB - 0 à 500°C	02	Unidades		
33	Termômetro Analógico de 1/2" - FAMABRAS - 0 à 200°C	02	Unidades		
34	Termômetro Analógico de 1/2" - WILLY - 0 à 350°C	02	Unidades		
35	Manômetros Analógico de 1/2" - FAMABRAS 0 à 300 Kgf/cm²	03	Unidades		
36	Manômetros Analógico de 1/2" - TUB 0 à 300 Kgf/cm²	02	Unidades		

37	Manômetros Analógico de 1/2" - FAMABRAS 0 à 300 mmca	02	Unidades		
38	Manômetros Analógico de 1/2" - WILLY 0 à 21 Kg/cm ²	02	Unidades		
39	Recuperador de Condensado - TUBAL Equipamentos Modelo Recuperador O.S Nº 8774 Vazão Casco 3259 m ³ /h - Tubos 3031,6 m ³ /h	02	Unidades		
40	Inversor de Frequência - WEG - CFW 500	02	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 002

Equipamento/Fabricante - Trocador de Calor - Alfa Laval		Modelo: M10 - MFM		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
01	Trocador de Calor	01	Unidade		
02	Conjunto de Rolos	01	Unidade		
03	Kit de Tampas Frontais	01	Unidade		
04	Kit de Pacote de Juntas	01	Unidade		
05	Kit de Pacote de Placas	01	Unidade		
06	Kit de Pino Roscado	01	Unidade		
07	Kit de Barra tensora	01	Unidade		
08	Kit de Porca tensora	01	Unidade		
09	Kit de Parafuso tensor	01	Unidade		
10	Kit de Porca de apoio	01	Unidade		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 003

Equipamento/Fabricante - Trocador de Calor - Alfa Laval		Modelo: M10 - MFG		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
03	Trocador de Calor	03	Unidades		
10	Conjunto de Rolos	03	Unidades		
10	Kit de Tampas Frontais	03	Unidades		
16	Kit de Pacote de Juntas	03	Unidades		
20	Kit de Pacote de Placas	03	Unidades		
20	Kit de Pino Roscado	03	Unidades		
20	Kit de Barra tensora	03	Unidades		
30	Kit de Porca tensora	03	Unidades		
30	Kit de Parafuso tensor	03	Unidades		
30	Kit de Porca de apoio	03	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 004

Equipamento/Fabricante - Trocador de Calor - Alfa Laval		Modelo: M6-MDBASE		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
02	Trocador de Calor	02	Unidades		
04	Conjunto de Rolos	02	Unidades		
06	Kit de Tampas Frontais	02	Unidades		
08	Kit de Pacote de Juntas	02	Unidades		
10	Kit de Pacote de Placas	02	Unidades		
12	Kit de Pino Roscado	02	Unidades		
14	Kit de Barra tensora	02	Unidades		
16	Kit de Porca tensora	02	Unidades		
20	Kit de Parafuso tensor	02	Unidades		
20	Kit de Porca de apoio	02	Unidades		

Valor Total (R\$)	
-------------------	--

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 005					
Equipamento/Fabricante - Desumidificador -Munters			Modelo: HCD 2250 AS PLUS		Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	
01	Serpentina de Vapor	04	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 006					
Equipamento/Fabricante - Desumidificador -Munters			Modelo: HCD 9000 AS PLUS		Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	
01	Serpentina de Vapor	02	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 007					
Equipamento/Fabricante - Desumidificador -Munters			Modelo: HCD 4500 AS PLUS		Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	
01	Serpentina de Vapor	02	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 008					
Equipamento/Fabricante - Desumidificador -Munters			Modelo: HCD 1125 AS		Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	
01	Serpentina de Vapor	02	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 009					
Equipamento/Fabricante - Bomba de Condensado - SF INTERNACIONAL			Modelo: SFPOP-10		Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	
01	Junta da Tampa	02	Unidades		
02	Subconjunto da Válvula de Admissão	02	Unidades		
03	Subconjunto da Válvula de Exaustão	02	Unidades		
04	Subconjunto Mecanismo	02	Unidades		
05	Subconjunto Bóia	02	Unidades		
06	Conjunto Mola	02	Unidades		
07	Indicador de Nível	02	Unidades		
08	Contador de Batidas	02	Unidades		
09	Válvula de Admissão	02	Unidades		
10	Válvula de Exaustão	02	Unidades		
11	Bóia	02	Unidades		
12	Válvula de Retenção 2"	02	Unidades		
13	Válvula de Retenção 1 ½"	02	Unidades		
14	Mola	02	Unidades		
15	Visor de Nível	02	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 010					
------------------------------------	--	--	--	--	--

Equipamento/Fabricante - Bomba -Schneider				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
01	Motor WEG - 60 Hz 440V - 7,5 CV	02	Unidades		
02	Bomba ME-2475	02	Unidades		
03	Kit acoplamento 19X19	04	Unidades		
04	Eixo - 8723037106A	04	Unidades		
05	Selo mecânico 3/4" T21 VITON	08	Unidades		
06	Selo mecânico 5/8" T21 VITON	08	Unidades		
08	Oring 190x1,78 mm	08	Unidades		
09	Rotor BR ME-2 CC AP-27/146mm - 8700184304A	08	Unidades		
10	Rotor BR ME-2 CC AP-27/146mm - 8700183307A	08	Unidades		
				Valor Total (R\$)	

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 011					
Equipamento/Fabricante - Bomba - Thebe				Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
01	Motor WEG - 60 Hz 440V - 4 CV	01	Unidade		
02	Bomba PE -11/6 BR	01	Unidade		
03	Rolamento 6303 C3	02	Unidade		
04	Rolamento 6204 C3	02	Unidade		
05	Retentor 01909 29.3x18x6.5 mm	04	Unidades		
06	Anel elástico P-11 501.020.03	04	Unidades		
07	Anel Centr.P-11 (Ø19,05xØ33x5mm)	04	Unidades		
08	Selo mecânico 3/4" T21	04	Unidades		
09	Bucha sucção latão P-11	08	Unidades		
10	Rotor P-11 furo Ø15.87 mm	12	Unidades		
11	Bucha estágio P-11	12	Unidades		
12	1 Eixo P-11	2	Unidades		
13	17 Anel o'ring 142 x 1.7 mm	8	Unidades		
				Valor Total (R\$)	

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 012						
Sistema de Distribuição de Vapor: 10B, 40, 50, 60 e 70.					Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Modelo Especificação	Quantidade	Unidade de Medida		
01	Alumínio liso para Isolamento	0,7 mm	500	Metros		
02	Alumínio Corrugado para Isolamento	0,7 mm	500	Metros		
03	Arame Recoado Rolo de 1 Kg.	1.6mm	200	Quilos		
04	Calha de lã de rocha para isolamento de tubulação	1/2"	20	Metros		
05		3/4"	20	Metros		
06		1"	20	Metros		
07		1 1/2"	20	Metros		
08		1 1/4"	20	Metros		
09		2"	20	Metros		
10		2 1/2"	20	Metros		
11		3"	20	Metros		
12		4"	20	Metros		
13		5"	20	Metros		
14		6"	20	Metros		
15	Curva para solda SCH-40	1/2"	50	Unidades		

16		3/4"	50	Unidades		
17		1"	50	Unidades		
18		1 1/2"	20	Unidades		
19		1 1/4"	20	Unidades		
20		2"	20	Unidades		
21		2 1/2"	20	Unidades		
22		3"	20	Unidades		
23		4"	20	Unidades		
24		5"	20	Unidades		
25		6"	20	Unidades		
26	Parafuso aço SAE 1020 AC	5/8" x 2.1/2"	200	Unidades		
27		1/2"	60	Unidades		
28		3/4"	60	Unidades		
29		1"	60	Unidades		
30		1 1/2"	30	Unidades		
31		1 1/4"	30	Unidades		
32	Tubos de 6 Metros SCHEDULE (SCH-40) sem costura em Aço Carbono Preto	2"	30	Unidades		
33		2 1/2"	20	Unidades		
34		3"	40	Unidades		
35		4"	40	Unidades		
36		5"	10	Unidades		
37		6"	10	Unidades		
38		1/2"	50	Unidades		
39		3/4"	50	Unidades		
40		1"	50	Unidades		
41	União de Aço Carbono com rosca cônica para solda	1 1/2"	20	Unidades		
42		1 1/4"	20	Unidades		
43		2"	20	Unidades		
44		2 1/2"	20	Unidades		
45		3"	20	Unidades		
46		1/2"	60	Unidades		
47		3/4"	60	Unidades		
48		1"	20	Unidades		
49	Válvula de Esfera Tripartida Flange em aço Carbono Classe 150 - MGA	1 1/2"	10	Unidades		
50		1 1/4"	10	Unidades		
51		2"	10	Unidades		
52		2 1/2"	10	Unidades		
53		3"	10	Unidades		
54		1/2"	60	Unidades		
55		3/4"	60	Unidades		
56		1"	50	Unidades		
57	Válvula de Esfera Tripartida de Rosca em aço Carbono Classe 150 - MGA	1 1/2"	10	Unidades		
58		1 1/4"	10	Unidades		
59		2"	10	Unidades		
60		2 1/2"	10	Unidades		
61		3"	10	Unidades		
62		2"	10	Unidades		
63		2 1/2"	10	Unidades		
64	Válvula Gaveta em aço Carbono Flangeada Classe 150 - MGA	3"	10	Unidades		
65		4"	15	Unidades		
66		6"	10	Unidades		

67	Válvula Globo em aço Carbono Flangeada Classe 150 - MGA	2"	10	Unidades		
68		2 1/2"	10	Unidades		
69		3"	10	Unidades		
70		4"	10	Unidades		
71		6"	10	Unidades		
72	Válvula Aero Flangeada Padrão DIN ND DN50 Classe PN16	1"	10	Unidades		
73		2"	10	Unidades		
74		2 1/2"	05	Unidades		
75		3"	05	Unidades		
76		4"	05	Unidades		
77		6"	05	Unidades		
78	Flange de Aço para Solda Classe 150	1/2"	40	Unidades		
79		3/4"	40	Unidades		
80		1"	40	Unidades		
81		1 1/2"	20	Unidades		
82		2"	40	Unidades		
83		2 1/2"	20	Unidades		
84		3"	30	Unidades		
85	Flange de Aço CEGO Classe 150	4"	30	Unidades		
86		6"	20	Unidades		
87		1/2"	10	Unidades		
88		3/4"	10	Unidades		
89		1"	10	Unidades		
90		1 1/2"	10	Unidades		
91		2"	10	Unidades		
92	Válvula de Segurança Dresser	2 1/2"	10	Unidades		
93		3"	10	Unidades		
94		4"	10	Unidades		
95		6"	10	Unidades		
96	Válvula de Segurança Dresser	1905-00HC-1-00-MS-31 (1/2")	01	Unidade		
97		1905-00HC-1-00-MS-31 (3")	01	Unidade		
98		1905-00LC-1-00-MS-31 (3")	01	Unidade		
99		1905-00MC-1-CC-MS-31 (4")	01	Unidade		
100	Válvula de Segurança Fluid Controls	VS (12N) DN 3/4 x 3/4 BPST PM 184.9 psi PA 71 T. MAX 150°C	02	Unidades		
101	Conjunto Completo Visor de Nível das Calediras CONAUT	50 T Rosca NPT 3/4" Vidro N° 05 visão dupla. 1 Seção Válvula de Bloqueio Modelo 051A	02	Unidades		
102	Conjunto Completo Visor de Nível dos Tanque de BLOW DOWN CONAUT	50 R Rosca NPT 3/4" Vidro N° 07 4 Seções	04	Unidades		
103	Conjunto Completo Visor de Nível dos Tanque de Retorno de Condensado CONAUT	50 R Rosca NPT 1/2" Vidro N° 09 3 Seções	04	Unidades		

		Válvula de Bloqueio Modelo 051C				
104	Purgadores Termodinâmicos 1/2" - SF INTERNACIONAL	MSDT-421	60	Unidades		
105	Purgadores Termodinâmicos 3/4" - SF INTERNACIONAL	MSDT-421	60	Unidades		
106	Purgadores Termodinâmicos 1" - SF INTERNACIONAL	MSDT-421	20	Unidades		
107	Purgadores Termodinâmicos 1/2" - SF INTERNACIONAL	MDT-421	60	Unidades		
108	Purgadores Termodinâmicos 3/4" - SF INTERNACIONAL	MDT-421	60	Unidades		
109	Purgadores Termodinâmicos 1" SF INTERNACIONAL	MDT-421	20	Unidades		
110	Purgadores de Bóia 1/2" SF INTERNACIONAL	FVT-170	20	Unidades		
111	Purgadores de Bóia 3/4" SF INTERNACIONAL	FVT-170	20	Unidades		
112	Purgadores de Bóia 1" SF INTERNACIONAL	FVT-270	20	Unidades		
113	Purgadores de Bóia 1 1/2" SF INTERNACIONAL	FVT-270	20	Unidades		
114	Purgadores de Bóia 2" SF INTERNACIONAL	FVT-270	05	Unidades		
115	Purgadores de Bóia 1" SF INTERNACIONAL	FVT-370	05	Unidades		
116	Purgadores de Bóia 1 1/2" SF INTERNACIONAL	FVT-370	05	Unidades		
117	Purgadores de Bóia 2" SF INTERNACIONAL	FVT-370	05	Unidades		
118	Visor de Fluxo 1/2" SF INTERNACIONAL	SG-10	05	Unidades		
119	Visor de Fluxo 3/4" SF INTERNACIONAL	SG-10	05	Unidades		
120	Visor de Fluxo Janela Simples 1/2" - SF INTERNACIONAL	VSR-110	05	Unidades		
121	Visor de Fluxo Janela Simples 3/4" - SF INTERNACIONAL	VSR-110	05	Unidades		
122	Filtro Y 1/2" - SF INTERNACIONAL	Y-110	10	Unidades		
123	Filtro Y 3/4" - SF INTERNACIONAL	Y-110	10	Unidades		
124	Filtro Y 1" - SF INTERNACIONAL	Y-110	10	Unidades		
125	Filtro Y 2" - SF INTERNACIONAL	Y-140	10	Unidades		
126	Filtro Y 3" - SF INTERNACIONAL	Y-140	05	Unidades		
127	Filtro Y 4" - SF INTERNACIONAL	Y-140	05	Unidades		
128	Filtro Y 5" - SF INTERNACIONAL	Y-140	05	Unidades		
129	Válvula Auto Operada - Mola Tipo B 1/2" Rosca - SF INTERNACIONAL	3010 MP	05	Unidades		
130	Válvula Auto Operada - Mola Tipo B 3/4" Rosca SF INTERNACIONAL	3010 MP	05	Unidades		
131	Válvula Auto Operada - Mola Tipo B 1" Rosca - SF INTERNACIONAL	3010 MP	05	Unidades		
132	Válvula Auto Operada - Mola Tipo B 2" Flangeada - SF INTERNACIONAL	3010 MP	05	Unidades		
133	Válvula Auto Operada - Mola Tipo B 3" Flangeada - SF INTERNACIONAL	3010 MP	05	Unidades		
134	Válvula Auto Operada - Mola Tipo B 4" Flangeada - SF INTERNACIONAL	3010 MP	05	Unidades		
135	Manômetros - WILLY 1/2" - (0 à 21 Kgf/cm²)	0 à 21 Kgf/cm²	25	Unidades		
136	Manômetro FAMABRAS 1/2" - (0 a 10 Kgf/cm²)	0 a 10 Kgf/cm²	25	Unidades		
137	Termômetro Analógico WILLY - 1/2" - (0 até 350 °C)	1/2" - (0 até 350 °C)	25	Unidades		
Valor Total (R\$)						

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 013

Equipamento/Fabricante - Estufa - HOGNER	Modelo: Estufa - ES	Valor Total
---	----------------------------	--------------------

Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	(R\$)
01	Serpentina de Vapor Primária	04	Unidades		
02	Purgador de Bóia Spirax Sarco Modelo: FT 55 3 TV PMO 4 bar	04	Unidades		
03	Manômetro FAMABRAS 1/2" - (0 a 10 Kgf/cm²)	08	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 014					
Equipamento/Fabricante - Tanque Linha do GLAT - Moeschle		Modelo: Tanque Encamisado		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
01	Válvulas de Segurança em Aço Inox AC-500/3	02	Unidades		
02	Válvula Reguladora de Pressão: Miyawaki: PRIMARY MAX. P. 1.6 MPa SECONDARY P. 0.05 ~ 1 MPa MAX. T. 204°C	04	Unidades		
03	Válvula Selenóide Werk Schot Modelo: US - 15 Pressão Máxima - 10 bar, 1/2"	04	Unidades		
04	Manômetro FAMABRAS 1/2" - (0 a 10 Kgf/cm²)	04	Unidades		
05	Mangueiras para Vapor em aço inox 1650 mm x 3/4" terminais JIC fêmea em aço inox.	10	Unidades		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 015					
Equipamento/Fabricante - Sistema de Lavagem CIP		Modelo: Sistema de Lavagem CIP		Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Item	Descrição da peça/componente	Quantidade	Unidade de Medida		
01	Válvulas de Segurança - Spirax Sarco - Modelo SV81H 3/4" X 1"	02	Unidades		
02	Válvula Reguladora de Pressão Spirax Sarco - Modelo M 17 S251 1/2" - PMA 17.2 bar	02	Unidades		
03	Separador de Umidade - Spirax Sarco - Modelo S 13 - PMO - 25 bar TMO - 350 °C	04	Unidades		
04	Manômetro FAMABRAS 1/2" - (0 a 10 Kgf/cm²)	04	Unidades		
05	Trocador de Calor API HEAT TRANSFER Modelo: SIGMA M 13 NBL	01	Unidade		
Valor Total (R\$)					

LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES - 016				
RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO				
Item	Descrição	Quantidade/ Volume	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Conjunto portátil para serviço de solda oxiacetileno cheio	02 Unidades		
02	Parafuso Sextavado rosca 1/4" x 3"	100 Unidades		
03	Parafuso Sextavado rosca 5/16" x 3"	100 Unidades		
04	Parafuso Sextavado rosca 3/8" x 3"	300 Unidades		
05	Parafuso Sextavado rosca 7/16" x 3"	300 Unidades		
06	Parafuso Sextavado rosca 1/2" x 3"	300 Unidades		
07	Parafuso Sextavado rosca 9/16" x 3"	300 Unidades		
08	Parafuso Sextavado rosca 5/8" x 3"	300 Unidades		
09	Parafuso Sextavado rosca 3/4" x 3"	300 Unidades		
10	Parafuso Sextavado rosca 7/16" x 3"	300 Unidades		
11	Porca Sextavado rosca 1/4"	100 Unidades		

12	Porca Sextavado rosca 5/16"	100 Unidades		
13	Porca Sextavado rosca 3/8"	300 Unidades		
14	Porca Sextavado rosca 7/16"	300 Unidades		
15	Porca Sextavado rosca 1/2"	300 Unidades		
16	Porca Sextavado rosca 9/16"	300 Unidades		
17	Porca Sextavado rosca 5/8"	300 Unidades		
18	Porca Sextavado rosca 3/4"	300 Unidades		
19	Porca Sextavado rosca 7/16"	300 Unidades		
20	Arruela lisa de Aço Carbono 1/4"	200 Unidades		
21	Arruela lisa de Aço Carbono 5/16"	200 Unidades		
22	Arruela lisa de Aço Carbono 3/8"	600 Unidades		
23	Arruela lisa de Aço Carbono 7/16"	600 Unidades		
24	Arruela lisa de Aço Carbono 1/2"	600 Unidades		
25	Arruela lisa de Aço Carbono 9/16"	600 Unidades		
26	Arruela lisa de Aço Carbono 5/8"	600 Unidades		
27	Arruela lisa de Aço Carbono 3/4"	600 Unidades		
28	Arruela lisa de Aço Carbono 7/16"	600 Unidades		
29	Arruela de pressão em Aço Carbono 1/4"	200 Unidades		
30	Arruela de pressão em Aço Carbono 5/16"	200 Unidades		
31	Arruela de pressão em Aço Carbono 3/8"	600 Unidades		
32	Arruela de pressão em Aço Carbono 7/16"	600 Unidades		
33	Arruela de pressão em Aço Carbono 1/2"	600 Unidades		
34	Arruela de pressão em Aço Carbono 9/16"	600 Unidades		
35	Arruela de pressão em Aço Carbono 5/8"	600 Unidades		
36	Arruela de pressão em Carbono 3/4"	600 Unidades		
37	Arruela de pressão em Carbono 7/16"	600 Unidades		
38	Arrebite POP 1/8" x 25 mm caixa com 100 Unidades	10 unidades		
39	Arrebite POP 5/32" x 27 mm caixa com 100 Unidades	10 unidades		
40	Arrebite POP 3/16" x 29 mm caixa com 100 Unidades	10 unidades		
42	Arrebite POP 6mm x 30 mm caixa com 100 Unidades	10 unidades		
43	Conjunto de Buchas com Parafusos S6	100 Unidades		
44	Conjunto de Buchas com Parafusos S8	200 Unidades		
45	Conjunto de Buchas com Parafusos S10	200 Unidades		
46	Conjunto de Buchas com Parafusos S12	100 Unidades		
47	Bisnagas de silicone 300 ml	30 unidades		
48	Fita auto fusão	30 unidades		
49	Fita isolante	30 unidades		
50	Lençol de borracha preto de (1/8" x 1 metro) para juntas	05 unidades		
51	Lençol de borracha preto de (3/16" x 1 metro) para juntas	05 unidades		
52	Lençol de borracha preto de (1/4" x 1 metro) para juntas	05 unidades		
53	Papelão hidráulico de amianto para junta de Vapor de (2 mm x 1500mm x 1500mm)	05 unidades		
54	Papelão hidráulico de amianto para junta de Vapor de (3,2 mm x 1500mm x 1500mm)	05 unidades		
55	Papelão hidráulico de amianto com malha de aço para junta de Vapor de (2 mm x 1500mm x 1500mm)	10 unidades		
56	Papelão hidráulico de amianto com malha de aço para junta de Vapor de (3,2 mm x 1500mm x 1500mm)	10 unidades		
57	Graxa Hidráulica 5 kg	06 Unidades		
58	Limpador de contatos em spray 300 ml	15 Unidades		
59	Óleo desingripante em spray 300 ml	50 Unidades		
60	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Polegada (1/8")	05 Unidades		
61	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Polegada (3/16")	05 Unidades		

62	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Polegada (1/4")	05 Unidades		
63	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Polegada (5/16")	05 Unidades		
64	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Polegada (3/8")	05 Unidades		
65	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Milímetros (3.2 mm)	05 Unidades		
66	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Milímetros (4.8 mm)	05 Unidades		
67	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Milímetros (6.4 mm)	05 Unidades		
68	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Milímetros (7.9 mm)	05 Unidades		
69	Bobina de 2 Kg de Gaxetas Grafitada medidas em Milímetros (9.5 mm)	05 Unidades		
70	Saco de trapo 25 Kg	20 Unidades		
71	Saco de estopa 25Kg	10 Unidades		
72	Pinceis 25 mm	15 Unidades		
73	Pinceis 38 mm	15 Unidades		
74	Pinceis 50 mm	15 Unidades		
75	Trincha 25 mm	15 Unidades		
76	Trincha 38 mm	15 Unidades		
77	Trincha 50 mm	15 Unidades		
78	Rolo Lã Sintética 9 mm	15 Unidades		
79	Rolo Lã Sintética 19 mm	15 Unidades		
80	Rolo Lã de Carneiro 9 mm	15 Unidades		
81	Rolo Lã de Carneiro 19 mm	15 Unidades		
82	Rodos	12 Unidades		
83	Vassouras	20 Unidades		
84	Querosene 5 litros	20 Unidades		
85	Solvente 5 litros	20 Unidades		
86	Zarcão 3,6 litros	30 Unidades		
87	Tinta esmalte sintético Preta 3,6 litros	20 Unidades		
88	Tinta esmalte sintético Cinza 3,6 litros	20 Unidades		
89	Tinta esmalte sintético Verde 3,6 litros	10 Unidades		
90	Tinta esmalte sintético Amarela 3,6 litros	05 Unidades		
91	Tinta Alta Temperatura 600°C cor Alumínio 3,6 litros	30 Unidades		
			Valor Total (R\$)	

QUADRO RESUMO DO ANEXO III - LISTA DE PEÇAS E COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO			
LISTA DE PEÇAS	EQUIPAMENTO/MODELO		Valor Total (R\$)
001	Caldeiras - ATA COMBUSTÃO	AWN-4M	
002	Trocador de Calor - Alfa Laval	M10 - MFM	
003	Trocador de Calor - Alfa Laval	M10 - MFG	
004	Trocador de Calor - Alfa Laval	M6-MDBASE	
005	Desumidificador -Munters	HCD 2250 AS PLUS	
006	Desumidificador -Munters	HCD 9000 AS PLUS	
007	Desumidificador -Munters	HCD 4500 AS PLUS	
008	Desumidificador -Munters	HCD 1125 AS	
009	Bomba de Condensado - SF INTERNACIONAL	SFPOP-10	
010	Bomba - Schneider	ME-2475	
011	Bomba - Thebe	PE -11/6 BR	
012	Sistema de Distribuição de Vapor	10B, 40, 50, 60 e 70	
013	Estufa - HOGNER	Estufa - ES	
014	Tanque Linha do GLAT - Moeschle	Tanque Encamisado	
015	Sistema de Lavagem CIP	Sistema de Lavagem CIP	
016	Materiais de Consumo	Materiais de Consumo	
Valor Total Anual de Peças e Componentes para Manutenção (R\$)			

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A declaração deverá ser emitida em papel timbrado que identifique a Empresa

Processo nº 25387. _____

Pregão Eletrônico nº _____ -FAR

Declaro que a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual sob o nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

ITEM 1 – RELAÇÃO DE CONTRATOS COM VIGÊNCIA NA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO					
Nome do Órgão/Empresa	Endereço completo do Órgão/Empresa	Número do Contrato	Vigência do Contrato		Valor Total do Contrato ⁽¹⁾
			Início	Final	
Valor total (R\$)					

NOTA 1: O Valor Total do Contrato deverá considerar o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

O Cálculo demonstrativo visa comprovar que o Patrimônio Líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada. Para habilitação este resultado deverá ser superior a 1,00. Caso o resultado seja inferior ou igual a 1, poderá ser encaminhada justificativa demonstrando o impacto dos resultados tendo em vista as vigências contratuais e o período da DRE encaminhada.

ITEM 2 – RELAÇÃO DE CONTRATOS RECEBIDOS NO PERÍODO DA DRE						
Nome do Órgão/Empresa	Endereço completo do Órgão/Empresa	Número do Contrato	Vigência do Contrato		Valor total do Contrato	Valor Total recebido no período da DRE
			Início	Final		
Valor Total dos Contratos recebidos no período da DRE apresentada (R\$)						

(Valor da Receita Bruta – Valor Total dos Contratos do período da Receita Bruta) x 100 =

Valor da Receita Bruta

Caso a diferença entre a Receita Bruta discriminada na DRE e a Declaração apresentada seja maior que 10% (positivo ou negativo) em relação a Receita Bruta, o licitante deverá apresentar justificativas, que serão analisadas pela equipe do Pregão, podendo inclusive ser diligenciada.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Estudo Técnico Preliminar 39/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25387.000135/2025-75

2. Descrição da necessidade

A contratação de serviços de operação e manutenção sistemática (preventiva) e não sistemática (corretiva) dos sistemas de **Geração e Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural e Calibração de Instrumentos** é uma medida essencial para garantir a eficiência, segurança e conformidade da produção de medicamentos em Farmanguinhos.

Os processos produtivos e laboratoriais dependem diretamente do funcionamento adequado dessas utilidades industriais, sendo que qualquer falha ou interrupção pode comprometer a fabricação de medicamentos e impactar a qualidade final dos produtos. Além disso, a manutenção constante é necessária para assegurar a confiabilidade operacional, minimizar riscos de paradas não programadas e prevenir incidentes que possam comprometer a segurança dos colaboradores e das instalações.

Um fator crítico que reforça essa necessidade é a **conformidade regulatória**. Farmanguinhos é submetido a auditorias regulares de órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que fiscaliza o cumprimento da RDC Nº 658, de 30 de março de 2022, relacionada às Boas Práticas de Fabricação (BPF) de medicamentos. A qualidade da distribuição de vapor, por exemplo, é um dos pontos críticos avaliados nessas auditorias, sendo imprescindível que o sistema esteja sempre operando dentro dos padrões exigidos.

Esses sistemas de **Geração e Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Distribuição de Gás Natural** são essenciais para o funcionamento dos processos produtivos e laboratoriais, mas também representam **riscos elevados** quando não recebem manutenção adequada. A falta de inspeção, operação correta e manutenção preventiva pode resultar em falhas que colocam em risco tanto os colaboradores quanto a integridade das instalações.

Dessa forma, a contratação desses serviços não apenas garante o **pleno funcionamento dos sistemas essenciais para a fabricação de medicamentos**, mas também reforça o compromisso de Farmanguinhos com a **qualidade, segurança e conformidade regulatória** na produção farmacêutica.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de utilidades	Beatriz Maria Simoes Ramos da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Declaramos que o objeto pretendido possui características de serviço comum, de necessidade contínua sendo necessária mão de obra com dedicação exclusiva, pois sua operação é ininterrupta. É permitida a subcontratação de parcela do objeto.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum, a solução determinada como simples, será selecionado por meio da realização de procedimento de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, tendo seu contrato a vigência inicial de 12 (doze) meses.

A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por preço Global**. A opção pela empreitada por preço global se deu pelo fato de que o Serviço de Utilidades, detalhou o escopo dos serviços e efetuou o levantamento de quantidades dos materiais, contemplando todos os elementos necessários e com nível de informação suficiente para que a empresa contratada pudesse elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação e contenham sólido estudo de viabilidade técnica e legal, justificando e consolidando todas as etapas do objeto.

A administração reforça que o serviço solicitado não tem condições de ser executado pela equipe da Departamento de Manutenção do CTM/FAR. "...enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada" Destacamos que as atividades de manutenção propostas por esta contratação estão entre aquelas elencadas no art. 1º, inciso XIII, da Portaria n.º 443/2018

Importante destacar que o requisito segurança é essencial, considerando que algumas atividades inerentes aos Serviços de Manutenção, oferecem riscos de acidentes, então a fim de evitar eventuais acidentes na prestação dos serviços e, por consequência, não causar danos aos operadores dos equipamentos, e às instalações deste Instituto, bem como aos demais colaboradores, torna-se imprescindível.

No que diz respeito ao requisito qualidade, como Farmanguinhos periodicamente é auditado por órgãos regulamentadores, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que nos fiscaliza em relação ao atendimento à Resolução RDC Nº 658, de 30 de março de 2022 - ANVISA Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, que estabelece normas e critérios para elaboração de controle para a produção de medicamentos, além de outros organismos reguladores internacionais, todos os equipamentos devem ser permanentemente mantidas em rigoroso estado de conservação e funcionamento.

A contratação dos serviços de **operação e manutenção dos sistemas de Geração e Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão e Distribuição de Gás Natural** deve considerar critérios de sustentabilidade que minimizem impactos ambientais, promovam eficiência energética e assegurem a responsabilidade social e econômica.

- **Controle de emissões** – Implementação de tecnologias que minimizem a emissão de gases de efeito estufa, especialmente em caldeiras e sistemas de combustão.
- **Adoção de boas práticas na gestão de vapor e gás** – Implementação de técnicas que otimizem a utilização de vapor e gás, evitando desperdícios e reduzindo o consumo de energia nos processos industriais
- **Destino correto de resíduos e peças substituídas** – A contratada deve seguir normas ambientais para o descarte responsável de materiais como óleos, metais e isolantes térmicos.
- **Materiais e produtos sustentáveis** – Utilização de lubrificantes biodegradáveis, isolamento térmico ecológico.
- **Condições dignas de trabalho** – Conformidade com a **NR-13 (Segurança em Vasos de Pressão e Caldeiras)** e outras normas de segurança e saúde ocupacional.

EQUIPE MÍNIMA ESTIMADA PARA OS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO SISTEMÁTICA (Preventiva)

QUADRO DE PROJEÇÃO DOS POSTOS, HORÁRIOS E QUANTITATIVOS DE FUNCIONÁRIOS					
ITEM	LOCALIZAÇÃO ENDEREÇOS	POSTO DE TRABALHO	DESCRIÇÃO DA ESCALA DE TRABALHO	QUANTIDADE DIÁRIA	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS PARA COBERTURA DO POSTO
01		Líder de Manutenção	08:00 as 17:00 hs Segunda a sexta-feira	01	01

02	CTM JACAREPAGUÁ	Operador de Caldeira	Plantonista Diurno Escala 12 x 36 hs Horário 06:00 as 18:00 hs	01	02
03		Operador de Caldeira	Plantonista Noturno Escala 12 x 36 hs Horário 18:00 as 06:00 hs	01	02
04		Técnico de Manutenção	08:00 as 17:00 hs Segunda a sexta-feira	02	02
05		Auxiliar administrativo	08:00 as 17:00 hs Segunda a sexta-feira	01	01
Total				06	08

A Contratada deverá atender aos chamados técnicos de manutenções não sistemáticas no prazo máximo de até 2 (duas) horas, a demanda por 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, a contar da solicitação e autorização da Contratante e deverá ser registrada na Ordem de Manutenção emitida pela Contratada.

A CONTRATADA será responsável pelo transporte e pela entrega de todas as peças e componentes necessários para a execução das atividades. As peças e componentes deverão ser entregues no endereço do CONTRATANTE.

Mobilização: Atividades Preliminares, Montagem, Transporte de ida e execução dos serviços de infraestruturas, este serviço deverá ocorrer no máximo 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato, e será cobrado somente no início do contrato.

Desmobilização: Desmontagem dos serviços de infraestruturas e Transporte de volta, este serviço deverá ocorrer no máximo 20 (vinte) dias corridos após o término do contrato, e será cobrado somente no término do contrato.

A Contratada deverá disponibilizar acomodação de 01 (um) container habitável, com banheiro, instalações elétricas, hidráulicas e climatizados, revestidos com isolamentos térmico de acordo com as Normas regulamentadoras (NR 18 e NR 24) completos do tipo modular, com área mínima de 60 (sessenta) M², para servir de acomodação e vestiário da Equipe Técnica de Operação e Manutenção, para à interligação destes a Infraestrutura será disponibilizada a uma distância máxima de 50mts próxima a Sala de Caldeiras da área destinada a sua instalação, a instalação do container deverá ocorrer no máximo 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato.

A CONTRATADA deverá sempre adotar em suas atividades as Normas Regulamentadoras NBRs, em suas versões atualizadas, como diretrizes técnicas para padronização dos processos e condução dos serviços a serem desempenhados.

Efetuar todas as manutenções conforme a especificação do fabricante e das normas técnicas Nacionais ABNT e Internacionais vigentes, adotadas pela CONTRATANTE, obedecendo, contudo, não se restringindo, àquelas evidenciadas a seguir: Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais e **NR-13 (Segurança em Vasos de Pressão e Caldeiras)**.

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, às suas expensas, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para as manutenções, promovendo sua substituição, quando necessário. A contratada deverá fornecer as peças e componentes conforme rol estimado que será especificado no Termo de Referência essenciais para a execução do objeto.

Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

Os equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) fornecidos pela **CONTRATADA**, deverão possuir a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do trabalho.

Os prazos para início na prestação dos serviços, bem como seu cronograma detalhado, serão definidos no Termo de Referência, a ser elaborado.

Executar elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com base nas diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), do Programa Brasileiro GHG Protocol e da ISO 14064.

Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- **Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM**, situado à Av. Comandante Guarany, nº. 447, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ.
- Dada a necessidade de operação dos equipamentos os serviços serão prestados de Segunda-feira a domingo, durante 24 (vinte e quatro) horas do dia.

A contratação admite Subcontratação para os serviços:

- Calibração de instrumentos;
- Serviços de ensaios metalográficos;
- Serviços de soldas especiais;
- Serviços de serralheria e caldeiraria;
- Serviços de pintura e isolamento de tubulações e estruturas;
- Serviços de movimentação de cargas e montagem industrial;
- Serviços elétricos e de automação;
- Serviços de análises de qualidade da água;
- Serviços de elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Garantia da contratação:

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% e condições descritas no Termo de Referência e nas cláusulas do contrato.

Vistoria:

Será assegurado ao proponente o direito de realizar vistoria prévia ao local onde serão executados os serviços.

Garantia dos serviços:

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

Qualificação técnica:

A contratada deverá ter seu registro ou inscrição da empresa na entidade profissional Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

Comprovação que já executou objeto compatível com a parcela de maior relevância do que está sendo licitado, ou seja, prestação de serviço de Operação e Manutenção Sistemática do tipo Preventiva em Caldeira Flamotubulares categoria B com capacidade mínima de produção de vapor 2000 Kg/h, que representa 50% da capacidade total mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado realizado pela equipe técnica de planejamento, indica que para a solução proposta há empresas no mercado que atendem plenamente às necessidades da administração.

Esta pesquisa levou em consideração os principais fatores para atendimento da demanda:

- Identificar empresas qualificadas e experientes no setor.
- Capacidade técnica para operação, manutenção preventiva e corretiva.
- Levantamento de custos médios e condições contratuais do mercado.
- Verificar práticas de sustentabilidade, segurança e eficiência energética.

Ao analisar as empresas no mercado, foi realizado uma análise detalhada, considerando não apenas o custo, mas também a qualidade dos serviços oferecidos, a reputação no mercado e o alinhamento com os critérios de sustentabilidade e conformidade regulatória.

A pesquisa de preços será baseada na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65/2021 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta tem como objetivo principal a contratação de serviços especializados para a operação, manutenção preventiva e corretiva dos **sistemas de Geração e Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural e Calibração de Instrumentos**. Trata-se de uma necessidade contínua a ser executada em regime de dedicação exclusiva pois é essencial para garantir o perfeito funcionamento desses sistemas, assegurando a continuidade, confiabilidade, segurança e qualidade das operações.

Operação e Manutenção Preventiva e Corretiva – Serviços contínuos para assegurar o funcionamento adequado dos sistemas, prevenindo falhas e paradas inesperadas.

Fornecimento e Substituição de Peças e Componentes – Troca de itens críticos para manter a integridade dos equipamentos e evitar desgastes que possam comprometer a produção

Calibração de Instrumentos – Manutenção da precisão dos equipamentos utilizados no controle de vapor e gás, garantindo conformidade com as normas técnicas e regulatórias.

Com essa solução integrada, Farmanguinhos garante **alta performance operacional, segurança e conformidade** na fabricação de medicamentos, fortalecendo sua credibilidade no setor farmacêutico e sua responsabilidade com a saúde pública.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa da quantidade a ser contratada é baseada no levantamento realizado pela Equipe de Serviços de Utilidades do Complexo Tecnológico de Medicamentos – Farmanguinhos.

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL R\$
1	Mobilização (Este serviço será cobrado somente no início do contrato)	2801	Serviço	1	5.000,00
	Desmobilização (Este serviço será cobrado somente no fim do contrato)			1	5.000,00
2	Serviços de Manutenção Sistemática do Tipo Preventiva	2801	Serviço	1	828.000,00
3	Serviços de Manutenção Não - Sistemática do Tipo Corretiva	2801	Serviço	Quantidade Total Horas /Homem 6.720	400.000,00
4	Peças, componentes e insumos para manutenções	2615	Unidade	—	900.000,00
5	Elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)	22144	Serviço	1	50.000,00
6	Serviço de Assistência Técnica	13110	Serviço	1	400.000,00
Valor Total Anual R\$					2.588.000,00

Equipamentos sujeitos à manutenção:

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Caldeira	ATA COMBUSTÃO	AWN-4M	BL - 001	2

--	--	--	--	--

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Bomba	Schneider	ME-2475	PM - 015A	5
			PM - 015R	
			PM - 040R	
			PM - 040A	
	Thebe	PE -11/6 BR	PM - 040A	

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Bomba de Condensado	SF INTERNACIONAL	SFPOP-10	PM - 022A	02

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Trocador de Calor	Alfa Laval	M10 - MFG	HE 013 - A	09
		M10 - MFM	HE 013 - B	
		M10 - MFG	HE 006 - A	
		M10 - MFG	HE 006 - B	
		M10 - MFG	HE 001 - A	
		M10 - MFG	HE 001 - B	
		M6-MDBASE	HE 014 - A	
		M6-MDBASE	HE 014 - B	
	API HEAT TRASNFER	SIGMA M 13 NBL	Sistema de Lavagem CIP	

--	--	--	--	--

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Distribuição de Vapor	Distribuição de Vapor 10 - SDV	SDV	SDV 10 - 001	5
	Distribuição de Vapor 40 - SDV	SDV	SDV 40 - 001	
	Distribuição de Vapor 50 - SDV	SDV	SDV 50 - 001	
	Distribuição de Vapor 60 - SDV	SDV	SDV 60 - 001	
	Distribuição de Vapor 70 - SDV	SDV	SDV 70 - 001	

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Tanque de Retorno de Condensado	Tanque - TK	OS-040/97.01 - Tanque de Água - 1,5 m³	TK - 033	4
		OS-040/97.02.00 - Tanque de Água - 1,10 m³	TK - 034	
		Os-040/97.02.03 - Tanque de Água - 1,10 m³	TK - 036	
Tanque de BLOW DOWN		OS - 040/97.08 - Tanque de Água - 1,96 m³	TK - 035	

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Autoclave	Baumer	B273	AV - 002	
Leito Fluidizado - 10B	Glatt	GPCG-3	LF - 001	
		HCD 4500 AS PLUS	AD - 403	
		HCD 4500 AS PLUS	AD - 404	

Desumidificador	Munters	HCD 2250 SA PLUS	AD - 405
		HCD-9000 SA PLUS	AD - 701
		HCD-2250 SA PLUS	AD - 702
Desumidificador Área Nova		HCD -2250 - AS	AD - 715
		HCD -1125 - SA	AD - 718
Unidade Tratamento de Ar	Trox	TKM-47	AH - 005
	Arcoven	63.319 kcal/h	AH - 006
	Air Mandling e Packaged	DRG nº 9027/1	AH - 007
	Glatt	Glatt	AH - 009
Unidade Tratamento de Ar Leito Novo	Glatt	Glatt	AH - 012
Estação e Distribuição de Vapor de Bin	Gei-Gallay	Gei-Gallay - Pressão de Vapor: 5 bar	BW - 001
	Gei-Gallay	Gei-Gallay - Pressão de Vapor: 5 bar	BW - 00328
Drageador Aquecimento de Água Eurovent	Eurovent	DC200	DRA - 001
Envasadora de Pomada	Comadis	C-140	EV - 001
Granulador	Ima / Zanchetta	V0812.01	MSG - 03015
	Ima / Zanchetta	V0745.01	MSG - 03040
Tanque de Fabricação	Treu	9095000/4-B	TK - 003
Revestidora de Comprimidos	Manesty	Accela Cota 24"	TR - 002

32

Trocador de Calor - Água Purificada 40 & 70	Alfa Laval	M6-MDFG	HE - 001
	Alfa Laval	M6-MDFG	HE - 010
Sistema de Lavagem CIP	Sistema de Lavagem CIP	Sistema de Lavagem CIP	SLV - 72212-001
Estufa	HOGNER	Estufa - ES	ES - 70786-001
	HOGNER	Estufa - ES	ES - 72202-001
	HOGNER	Estufa - ES	ES - 72202-002
	HOGNER	Estufa - ES	ES - 72202-002
Tanque Linha do GLAT	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-001
	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-002
Linha de Água Puficada GLAT	Linha de Água Puficada GLAT	Linha de Água Puficada GLAT	AP - GLAT

Equipamentos	Fabricante	Modelo	Tag	Quantidade
Reator	Frymakoruma	Dinex 700	MP - 001	7
Tanque Misturador	Treu	9095000/4-B	TK - 003	
Tanque de Estocagem	Treu	97095000/4-A	TK - 004	
	Treu	97095000/4-A	TK - 002	
Tanque do Sistema de Lavagem CIP	TK - Sistema de Lavagem CIP	TK - Sistema de Lavagem CIP	SLV - 72212-001	
Tanque Linha do GLAT	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-001	
Tanque Linha do GLAT	Moeschle	Tanque Encamisado	TK - 72264-002	

Equipamentos	Fabricante	Modelo	TAG	Quantidade
CTM-FAR	Geração e Distribuição de Gás Natural	DGN	DGN	01

Calibrações:

Equipamentos		Modelo	Tag	Quantidade
Caldeira Flamotubulares		BL - 001	AWN-4M	2
		BL - 002		
Calibração - Anual				
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados			
Tipo de Instrumento	Válvula de Segurança e Alívio da Caldeira - (Pressão de ajuste 9 a 9,5 bar)			
	Válvula de Segurança e Alívio da Caldeira - (Pressão de ajuste 11 a 11,5 bar)			
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Economizador da Caldeira - (13 bar)			
	Pressostato de regulação de Vapor e modulação da Caldeira - (4 a 12 bar)			
	Pressostato do Ventilador da Caldeira - (0 a 500 mbar)			
	Pressostato do Gás da Caldeira - (0 a 500 mbar)			
	Termômetro Bimetálico da linha de Retorno do Economizador da Caldeira (0 a 200 °C)			
	Manômetro da Coluna de Nível da Caldeira - (0 a 20 bar)			
	Manômetro da Linha de Gás da Caldeira - (0 a 20 Kgf/cm²)			

	Manômetro da Linha de Gás da Caldeira após reguladora - (0 a 500 mmca)
	Manômetro da Linha do Economizador da - (0 a 20 Kgf/cm²)
	Termômetro Bimetálico Chaminé - (0 a 500 °C)
	Termômetro Bimetálico da linha de Ida do Economizador da Caldeira - (0 a 200 °C)
	Medidor de Vazão de Gás - CONTECH

Equipamentos		Modelo	Tag	Quantidade
Reator		Dinex 700	MP - 001	7
Tanque Misturador		9095000/4-B	TK - 003	
Tanque de Estocagem	97095000/4-A		TK - 004	
	97095000/4-A		TK - 002	
Tanque do Sistema de Lavagem CIP		TK - Sistema de Lavagem CIP	SLV - 72212-001	
Tanque Linha do GLAT	Tanque Encamisado		TK - 72264-001	
	Tanque Encamisado		TK - 72264-002	
Calibração - Anual				
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados			
	Manômetro entrada do equipamento - (0 até 21 Kgf/cm²)			

Tipo de Instrumento	Manômetro saída do equipamento - (0 até 21 Kg/cm ²)
	Termômetro da Linha entrada do equipamento (0 até 350 °C)
	Termômetro da Linha saída do equipamento (0 até 350 °C)
	Válvula de Segurança e Alívio do equipamento (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 10 - SDV		SDV	SDV 10 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Distribuição - (0 até 21 Kg/cm ²)		02
	Válvula de Segurança e Alívio na linha da Autoclave Baumer (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 40 - SDV		SDV	SDV 40 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade

Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Distribuição - (0 até 21 Kgf/cm²)	22
	Termômetro Bimetálico da Linha dos AD's (0 até 350 °C)	07
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Bim Wash (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01
	Válvula de Segurança e Alívio Tanque de Condensado (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Água Purificada (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 50 - SDV		SDV	SDV 50 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados		Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Distribuição - (0 até 21 Kgf/cm²)		04
	Termômetro Bimetálico da Linha dos AD's (0 até 350 °C)		02
	Válvula de Segurança e Alívio da linha do Reaquecimento (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)		01

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 60 - SDV		SDV	SDV 60 - 001
Calibração - Anual			

Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados	Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha do Barrilete - (0 a 21 Kgf/cm²)	01
	Termômetro Bimetálico da Linha do Barrilete - (0 a 350 °C)	01
	Termômetro Bimetálico do Tanque de Retorno de Condensado - (0 a 350 °C)	01

Equipamentos		Modelo	Tag
Distribuição de Vapor 70 - SDV		SDV	SDV 70 - 001
Calibração - Anual			
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados	Quantidade	
Tipo de Instrumento	Manômetro da Linha de Vapor (0 a 20 Kgf/cm²)	27	
	Termômetro Bimetálico da Linha dos AD's (0 até 350 °C)	03	
	Termômetro Bimetálico da Linha (0 até 350 °C)	05	
	Válvula de Segurança e Alívio de 4" da linha de 2,5 kg (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01	
	Válvula de Segurança e Alívio de 3" da linha de 5 kg (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01	
	Válvula de Segurança e Alívio Tanque de Condensado (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01	
	Válvula de Segurança e Alívio da Linha Interna de Vapor do Prédio (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01	

	Válvula de Segurança e Alívio da Linha Externa de Vapor do Prédio (Pressão de ajuste 0 até 10 bar)	01
--	--	----

Equipamentos	Modelo	Tag
Distribuição de Gás Natural	DGN	DGN
Calibração - Anual		
Atividade a ser realizada	Calibração, Ajustes e Emissão de Certificados	Quantidade
Tipo de Instrumento	Manômetro da Distribuição de Gás Natural (0 a 400 m mmh2o)	06

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.588.000,00

Valor estimado conforme pesquisa de mercado realizada pelo setor de utilidades.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Por princípios fundamentais que visam assegurar a agilidade, a eficiência, a economicidade e a transparência na gestão dos recursos públicos, optar por não parcelar a solução contratual se apresenta como uma escolha mais viável. Essa decisão é pautada no fato de que os serviços serão prestados em uma única unidade da instituição e simplifica a fiscalização e execução do contrato, bem como os trâmites burocráticos relacionados ao pagamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Considerando a contratação do objeto pretendido, não se fará necessária qualquer contratação correlata e/ou interdependente.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

DFD: 526/2024

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000012/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 09/05/2024
- III) Id do item no PCA: 2778
- IV) Classe/Grupo: 871
- V) Identificador da Futura Contratação: 254446-782/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços especializados para a operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de **Geração e Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural e Calibração de Instrumentos** traz uma série de **benefícios diretos e indiretos**, essenciais para garantir a eficiência e a segurança das operações.

Benefícios:

Segurança e proteção do ambiente de trabalho – Mitigação de riscos de explosões, vazamentos e falhas técnicas.

Conformidade regulatória – Adoção de práticas alinhadas à RDC nº 658/2022 da ANVISA e normas técnicas como NR-13 (Segurança em Vasos de Pressão e Caldeiras), assegurando conformidade nas inspeções regulatórias.

Continuidade operacional – Manutenção da regularidade do fornecimento de vapor, gás e demais utilidades. Boas práticas de manutenção aumentam a vida útil dos equipamentos e reduzem os riscos de paradas inesperadas nos sistemas essenciais na produção de medicamentos.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando que já são adotados procedimentos internos para instrução processual comuns de licitação, e apesar de não requerer adequação de ambiente, para garantir que o processo seja transparente, eficiente e alinhado com os objetivos da organização, serão adotadas as seguintes providências:

Designação da fiscalização do contrato;

Elaboração do termo de referência;

Elaboração de instrumento de medição de resultados que seja eficiente para a fiscalização;

14. Possíveis Impactos Ambientais

Geração de Resíduos Industriais

- Substituição de peças e componentes pode resultar no **descarte inadequado de metais, óleos e materiais isolantes**.
- Acúmulo de **lodo e incrustações nas caldeiras** pode gerar resíduos químicos de difícil tratamento

Risco de Vazamento de Gás Natural

- Em caso de falhas nos sistemas de tubulação, pode ocorrer **vazamento de gás natural**, representando riscos de explosão e contaminação ambiental.

Consumo de Recursos Naturais

- Alto consumo de **água e energia** nos processos térmicos pode sobrecarregar recursos hídricos e aumentar a demanda energética.
- O uso de **combustíveis fósseis**, como gás natural, impacta a matriz energética e gera resíduos.

Emissões Atmosféricas

Queima incompleta de combustíveis pode gerar **material particulado** prejudicial à saúde e ao meio ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos aspectos técnicos e financeiros analisados, a contratação demonstra ser não apenas viável, mas também imperativa para a manutenção das operações de Farmanguinhos. A dependência direta do perfeito funcionamento desses sistemas para evitar paralisações na fabricação e distribuição de medicamentos ressalta sua importância estratégica.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BEATRIZ MARIA SIMOES RAMOS DA SILVA

Membro da comissão de contratação

GEZIEL DA ROCHA DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/07/2025 às 13:53:52.

JOSE ROCHA DA CRUZ JUNIOR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/07/2025 às 14:27:17.

ANEXO VI - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NÃO SISTEMÁTICA PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO

Conforme especificado na tabela do item 1.1, a empresa deverá incluir na proposta um valor para fornecimento dos serviços conforme discriminado nas tabelas abaixo.

Calibração de instrumentos						
Serviço de calibração de instrumentos;						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Calibração de instrumentos de medição do sistema de vapor (manômetros, termômetros, sensores de temperatura, pressostatos, transmissores, válvulas de segurança etc;	50	unidades			
Valor Total (R\$)						

Ensaio metalográfico						
Serviço de metalografia;						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Ensaio metalográfico em tubos e componentes do sistema de vapor e de distribuição de gás.	30		diárias/ano		
Valor Total (R\$)						

Soldas especiais						
Serviços de soldagem						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de soldas especiais (MIG, MAG, TIG, Eletrodo Revestido, Arco Submerso, Ligas Metálicas, Aço Inoxidável);	960	Horas/ano			
Valor Total (R\$)						

Serralheria e Caldeiraria						
Serviços de serralheria e caldeiraria;						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviços de serralheria e caldeiraria para componentes dos sistemas de distribuição de vapor e gás.	960	Horas/ano			
Valor Total (R\$)						

Pintura e isolamento de tubulações e estruturas						
Serviços de pintura e isolamento de tubulações e estruturas						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviços de pintura e isolamento de tubulações e estruturas dos sistemas de distribuição de vapor e gás;	1920	Horas/ano			
Valor Total (R\$)						

Movimentação horizontal e vertical de carga e montagem industrial						
Serviço de manutenção com movimentação horizontal e vertical de carga e montagem industrial						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de movimentação horizontal e vertical de carga até 5 toneladas;	20	diárias/ano			
2	Serviço de montagem industrial para componentes do sistema de distribuição de vapor e gás;	1920	Horas/ano			
Valor Total (R\$)						

Montagem e reparo em sistemas de automação e quadros de comando e força.						
Serviços de montagem e reparos em sistemas de automação e quadros de comando e força do sistema de geração de vapor						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Mão de obra para Engenheiro especialista em elétrica e/ou automação	1440	Horas/ano			
2	Mão de obra para técnico de automação	1440	Horas/ano			
3	Mão de obra para auxiliar técnico em automação	1440	Horas/ano			
Valor Total (R\$)						

Tratamento químico e análise de qualidade da água					
Contratação de serviços de manutenção de tratamento químico e análise de qualidade da água do sistema de vapor					
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de serviços de manutenção do tratamento químico e análise de qualidade da água do sistema de vapor	1500	m3		
Valor Total (R\$)					

Serviço de manutenção e melhorias (retrofit/upgrade) em sistema de queimadores e comandos das caldeiras						
Item	Movimentação horizontal e vertical de carga	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviço de manutenção e melhorias (retrofit/upgrade) em sistema de queimadores e comandos das caldeiras	960	horas/ano			
Valor Total (R\$)						

Serviços de elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para caldeiras						
Elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa						
Item	Serviços Referência	Quantidades	Unidade Medida	de	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Serviços de elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para as caldeiras, conforme item 5.1.2.9 deste TR.	36	Relatórios/ano			
Valor Total (R\$)						

QUADRO RESUMO – ANEXO VI. MANUTENÇÕES NÃO SISTEMÁTICAS PASSÍVEIS DE SUBCONTRATAÇÃO	
SERVIÇOS	VALOR TOTAL ANUAL(R\$)
Calibração de instrumentos	
Ensaio metalográficos	
Serviços de soldagem	
Serviços de serralheria e caldeiraria;	
Serviços de pintura e isolamento de tubulações e estruturas	
Movimentação horizontal e vertical de carga e montagem industrial	
Montagem e reparo em sistemas de automação e quadros de comando e força.	
Tratamento químico e análise de qualidade da água	
Serviço de manutenção e melhorias em sistema de queimadores e comandos das caldeiras	
Serviço de elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para caldeiras	
TOTAL ANUAL DOS SERVIÇOS	

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**,
QUE FAZEM ENTRE SI A FIOCRUZ POR
INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA
EM FÁRMACOS E

.....

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ**, entidade integrante da Administração Federal Indireta, constituída nos termos da Lei nº 7.596/87 e Decreto nº 11.288/22, situada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0001-35, através do Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0049-80, neste ato representado por sua Diretora, Sra. Silvia Pereira da Silva Santos, portadora da matrícula funcional SIAPE nº 1556155, nomeada pela Portaria n.º 613, de 14 de julho de 2025, expedida pelo Sr. Ministro de Estado da Saúde, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União, de 15 de julho de 2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) **_____**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **_____**, sediado(a) na **_____**, na cidade de **_____**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **25387.000135/2025-75** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de Operação, Manutenções Sistemáticas do tipo Preventiva e Não Sistemáticas do tipo Corretiva, com fornecimento e substituição de peças e componentes, do Sistema de Geração Distribuição de Vapor, Vasos de Pressão, Distribuição de Gás Natural, instalados no Complexo Tecnológico de Medicamentos - CTM/FAR, bem como elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente às emissões das caldeiras, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2.5. O Termo de autorização (anexo único ao contrato).

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Contrato pela Contratante – ato contínuo à assinatura da Contratada – em virtude da adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/FIOCRUZ), prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação ou do Pagamento pelo Fato Gerador, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do

requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10.2. Não serão conhecidas as pretensões administrativas que não preencherem os pressupostos de admissibilidade de que tratam as Leis nº 14.133/2021 e 9.784/99.

8.1.10.3. Caso o servidor responsável pela fiscalização do contrato se certifique que as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato estão desacompanhadas de atos indispensáveis à análise e decisão quanto ao pedido, de forma motivada, irá orientar o interessado quanto a necessidade de suprimento de eventuais falhas, suspendendo-se o prazo de decisão até o saneamento.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

8.1.11.1. Aplicam-se, no que couber, os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, o disposto nos subitens anteriores, quanto às solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.36. Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.37. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.38. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.39. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.40. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.41. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no

turno imediatamente subsequente;

9.42. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;

9.43. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;

9.44. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;

9.45. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciante contra retaliações;

9.46. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;

9.47. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;

9.48. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;

9.49. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.

9.50. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.51. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.52. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.53. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.54. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.55. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.55.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.55.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do

ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.56. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões

técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

14.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.8.3. Das indenizações e multas.

14.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.10. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades.

14.11. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.12. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas

rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.13. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.13.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.12.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.14. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.17. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos

consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

17.1. A contratada comprovou a sua regularidade, conforme consultas ao SICAF, CADIN, e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Licitantes Inidôneos TCU; CNJ; CEIS; e CNEP), de __/__/2026, Sei nº _____, constantes do processo nº 25387.000135/2025-75.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA– FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, [dia] de [mês] de [ano].

Sílvia Pereira da Silva Santos
Diretora
Instituto de Tecnologia em Fármacos

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

ANEXO ÚNICO AO CONTRATO Nº _____**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Ref.: Processo nº 25387.000135/2025-75

Pregão Eletrônico nº _____

_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seus representantes legais, _____, AUTORIZA o INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS - FARMANGUINHOS, para os fins descritos nas alíneas “c” e “d” do subitem 1.2 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

Rio de Janeiro, de 2025.

Representante legal do CONTRATADO

Documento assinado eletronicamente por **Isis Diniz Ferreira Passos, Prestador(a) de Serviço**, em 26/03/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6037719** e o código CRC **5E707C6C**.

Referência: Processo nº 25387.000135/2025-75SEI nº
6037719

ITEM	DESCRIÇÃO		Quantidades	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
1	Mobilização (Este serviço será cobrado somente no início do contrato)		1	SERVIÇO	-		
	Desmobilização (Este serviço será cobrado somente no fim do contrato)		1	SERVIÇO	-		
	Serviços de Manutenção Sistemática do Tipo Preventiva		1	SERVIÇO	-		
SUBTOTAL ITEM 1							
2	Serviços de Manutenção Não - Sistemática do Tipo Corretiva (item 5.1.2.4)		14.160	HH			
	Serviços de Manutenções não sistemáticas passíveis de subcontratação (de acordo com item 4.7 e detalhado no anexo VI)	Calibração de instrumentos	50	unidades			
		Ensaio metalográficos	30	diárias/ano			
		Soldas especiais	960	horas/ano			
		Serralheria e Caldeiraria	960	horas/ano			
		Pintura e isolamento de tubulações e estruturas	1920	horas/ano			
		Movimentação horizontal e vertical de carga e montagem industrial	Serviço de movimentação horizontal e vertical de carga até 5 toneladas;	20	diárias/ano		
			Serviço de montagem industrial para componentes do sistema de distribuição de vapor e gás;	1920	horas/ano		
		Montagem e reparo em sistemas de automação e quadros de comando e força.	Mão de obra para Engenheiro especialista em elétrica e/ou automação	1440	horas/ano		
			Mão de obra para técnico de automação	1440	horas/ano		
			Mão de obra para auxiliar técnico em automação	1440	horas/ano		
		Tratamento químico e análise de qualidade da água	1500	m³			
		Serviço de manutenção e melhorias (retrofit/upgrade) em sistema de queimadores e comandos das caldeiras	960	horas/ano			
		Serviços de elaboração do Relatório de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) para caldeiras	36	relatórios/ano			
SUBTOTAL ITEM 2							
3	Fornecimento de Peças, componentes e insumos para manutenções (conforme anexo II)		1	UNIDADE	-		
SUBTOTAL ITEM 3							
TOTAL GERAL SERVIÇO /SOMATORIO DO SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2 + SUBTOTAL 3)							

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

VALOR TOTAL: _____

Assinatura do representante legal e respectiva função na empresa

ANEXO IV DO EDITAL

TERMO DE VISTORIA

Processo nº 25387.000135/2025-75

Pregão Eletrônico nº 90087/2026-FAR

O _____ de Farmanguinhos/FIOCRUZ, para os fins do disposto no Edital de licitação em epígrafe vem por meio deste Atestado de Visita, declarar que a _____ empresa.....enviou representante credenciado a esta FIOCRUZ, a fim de inspecionar o local e coletar informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor da proposta a ser apresentada.

....., dede

DE ACORDO:

POR FARMANGUINHOS: _____

PELA EMPRESA: _____

- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- O agendamento da vistoria deve ser através do telefone (21) 3348-5060, com Sr. Dimi Pacífico, (21) 3348-5096, com o Sr. Diogo Garrido.
- Prazo para vistoria iniciar-se no dia útil seguinte ao da publicação do Edital estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento

IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV

Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

